



DIÁRIO

da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JANEIRO DE 2000

Presidente. Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários. Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Manuel Alves de Oliveira
 António João Rodeia Machado
 António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 10 horas e 35 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n^o 60 e 61/VIII

Em interpelação a Mesa, o Sr Deputado António Capuchinho (PSD) insurgiu-se contra declarações feitas pelo Sr Deputado João Cravinho, no final da sessão de ontem, a um órgão de comunicação social, a propósito de lobbies relacionados com o Governo e com o PS, ao que se lhe seguiram no uso da palavra, a diverso título, além daquele orador e do Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia), os Srs Deputados Telmo Correia (CDS-PP), José Junqueiro (PS), Octávio Teixeira (PCP), João Cravinho, Francisco de Assis e José Magalhães (PS)

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Economia (Vítor Ramalho) deu resposta à pergunta formulada pelo Sr Deputado Lino de Carvalho (PCP), sobre a situação do Grupo Siemens em Portugal, particularmente das suas unidades produtivas em Évora, e ao pedido de esclarecimento adicional da Sr^a Deputada Mafalda Troncho (PS)

Aquele Sr Secretário de Estado respondeu também a pergunta do Sr Deputado Herminio Lourenço (PSD), relativa ao centro de formalidades de empresas no distrito de Aveiro, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados António Pinho (CDS-PP) e Rui Marques (PS)

A pergunta do Sr Deputado Vítor Moura (PS), sobre a avaliação da execução e perspectivas do PAEDIR — programa de deslocalização industrial, bem como ao pedido de esclarecimento adicional do Sr Deputado Bernardino Soares (PCP),

responderam o Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia (Vítor Silva Santos)

O Sr Ministro da Defesa Nacional (Júlio Castro Caldas) respondeu a pergunta formulada pela Sr^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes), acerca da instalação de uma incineradora em Alcochete destinada a eliminar material de guerra obsoleto, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Joaquim Matias (PCP), Lucília Ferreira (PSD) e Natalina Moura (PS)

O Sr Deputado David Justino (PSD) formulou uma pergunta sobre as medidas que o Governo pretende tomar no combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar, que foi respondida pela Sr^a Secretaria de Estado da Educação (Ana Benavente), assim como as perguntas adicionais apresentadas pelos Srs Deputados Rosaldo Fernandes (CDS-PP), Isabel Sena Lino (PS) e Luisa Mesquita (PS)

Aquela Sr^a Secretaria de Estado respondeu também a pergunta colocada pelo Sr Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) relativa à aplicação e regulamentação da Lei n^o 120/99, de 11 de Agosto, que reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva, e as perguntas adicionais formuladas pelos Srs Deputados Bernardino Soares (PCP) e David Justino (PSD), tendo ainda usado da palavra o Sr Deputado Nelson Baltazar (PS)

Finalmente, a pergunta do Sr Deputado Francisco Louçã (BE), sobre a construção dos estádios de futebol para o Euro 2004, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Carlos Marta (PSD), deu resposta o Sr Secretário de Estado da Administração Local (José Augusto Carvalho)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 14 horas

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 10 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco José Pinto Camilo
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Maderia e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Nevés Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador

José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luis Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luis Pedro de Carvalho Martins
 Luisa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Miguel Bernardo Gínestal Machado Monteiro
 Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira

António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luis Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Maria Moreira
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Augusto Meleiro Rodrigues
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiróz
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, o Sr Secretário vai dar conta do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.º 60/VIII — Melhoria do acesso dos cidadãos aos meios auxiliares de diagnóstico (PSD), que baixou à 8.ª Comissão, e 61/VIII — Programa especial de combate às listas de espera (PSD), que baixou igualmente à 8.ª Comissão

Em termos de expediente é tudo, Sr Presidente

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Faça favor, Sr Deputado.

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, socorro-me da presença nesta Câmara do Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para solicitar, através de V. Ex.^a, o seguinte fomos ontem não direi surpreendidos mas confrontados com declarações espectaculares do Sr. Deputado João Cravinho a propósito dos *lobbies* relacionados com o Governo e com o Partido Socialista

As declarações do Engenheiro João Cravinho foram feitas não num qualquer dia do ano mas no final de um debate, que ocorreu nesta Casa com a presença do Sr Ministro do Equipamento Social, Dr. Jorge Coelho, a propósito de um debate de urgência requerido pela minha bancada sobre a construção do novo aeroporto na Ota

O que estava em debate era, precisamente, a nossa opinião de que, segundo os estudos existentes, mas que não chegam a esta Câmara — apenas temos deles notícias pela comunicação social —, o aeroporto da Portela satisfaz as necessidades de crescimento previsível do tráfego para os próximos 20 anos Todavia, o Sr. Ministro Jorge Coelho nega esta previsão e diz que, sendo esperável um congestionamento nos próximos 10 anos, é preciso tomar uma decisão imediata

Imediatamente a seguir, vem o Sr Deputado João Cravinho fazer as referências que fez, de enorme gravidade e de acusação directa ao Partido Socialista e ao Governo, referindo-se ao facto de se terem vendido aos *lobbies*, de terem cedido aos interesses corporativos

Vozes do CDS-PP — Toda a gente sabia!

O Orador: — Aquilo que peço ao Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, com toda a frontalidade, é que o Governo — e já não peço ao Sr Secretário de Estado que também o faça em nome do Partido Socialista, mas está implícito — esclareça cabalmente esta situação, esclareça a opinião pública e não apenas esta Câmara, porque se trataram de afirmações de enorme gravidade. Isto porque se este esclarecimento cabal não vier atempadamente a esta Câmara, o Grupo Parlamentar do PSD terá de se socorrer dos instrumentos constitucionalmente previstos, nomeadamente o do inquérito parlamentar, para proporcionar esses esclarecimentos

Sr Presidente, se V Ex.^a me permite mais meio minuto, gostaria de dizer à bancada socialista — sempre tão pronta a incomodar a nossa a propósito de questões internas do PSD — que pese bem no futuro as palavras que costuma utilizar, muitas vezes, até de forma deselegante, tendo em conta situações internas do meu partido que resultam do próprio pluralismo normal num partido democrático, e assuma a lição de ontem. Aliás, o Partido Socialista está, não apenas pelos jornais, pois a própria bancada esteve em perigo uma vez que 30 Deputados estiveram para votar em sentido inverso — mas isso não importa, são questões internas do Partido Socialista —, a ser acusado por um próprio Deputado de cedência a *lobbies*

De qualquer modo, o que é fundamental é que o Governo e o Partido Socialista esclareçam rapidamente esta situação.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Inscreveram-se também para interpelar a Mesa os Srs Deputados Telmo Correia, José Junqueiro e Octávio Teixeira.

Tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, através da figura da interpelação e a propósito da mesma questão já referida pelo Sr Deputado António Capucho, gostava de dizer que, do ponto de vista da bancada do CDS-PP, as declarações ontem proferidas pelo Engenheiro João Cravinho a um meio de comunicação social são graves, afectam a condução e a situação política portuguesa, em geral, e não podem passar despercebidas a este Parlamento

Nós temos o Engenheiro João Cravinho por um homem de honra e por uma pessoa séria e por isso mesmo, quando um ex-ministro, com o peso que ele teve no Governo, vem dizer que o Governo e o Partido Socialista estarão na mão de *lobbies*, esta Câmara não pode ficar indiferente a essas declarações.

Apesar de compreendermos que o Engenheiro João Cravinho possa estar, de alguma forma, amargurado, por assim dizer, com as contradições existentes entre o que foi a sua política e o que ontem aqui foi exposto, apesar disso, repito, estas declarações são sérias e graves, sobretudo no momento em que se anuncia um rol de obras públicas e de investimentos importantes neste sector com todas as consequências que isso tem para os contribuintes

Por isso, Sr Presidente, o que queríamos era, antes de tomarmos qualquer outra iniciativa parlamentar nesta matéria, solicitar também ao Governo e, muito em particular, ao Partido Socialista, à bancada socialista e ao Engenheiro João Cravinho — e, uma vez que este não se encontra presente, fá-lo-ia na pessoa do líder parlamentar do Partido Socialista — que estas declarações e as insinuações que elas encerram sejam devidamente esclarecidas, porque foram feitas insinuações e afirmações graves mas sem mencionar responsáveis e não se pode falar desta matéria sem que os responsáveis sejam apontados e sem que as consequências sejam apontadas

Portanto, gostava de solicitar não só ao Governo mas, muito em particular, ao Deputado em causa, através do seu líder parlamentar, que estes esclarecimentos sejam prestados cabalmente, sob pena de se manter, no nosso ponto de vista, uma confusão inaceitável na política portuguesa

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro

O Sr. José Junqueiro (PS) — Sr Presidente e Srs Deputados, a minha bancada ouviu com perplexidade estas interpelações.

Risos do PSD

O Sr Luis Marques Mendes (PSD) — E as de ontem?!

O Orador — na justa medida em que as pessoas que vêm aqui afirmar que o Sr Engº Cravinho é um homem de

honra e uma pessoa séria se, realmente, fossem sérias nas suas afirmações teriam esperado a presença do Sr Engº João Cravinho neste Hemicírculo para, na sua presença,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Essa é boa!

O Orador. — ... tentar esclarecer este assunto

Em segundo lugar, há, da parte do PSD, relativamente às declarações do Sr Engº João Cravinho, duas coisas lamentáveis: primeiro, a interpretação subjectiva e a distorção dessas declarações, depois, a ameaça feita a um Deputado desta Casa relativamente à sua capacidade e liberdade de expressão

O Sr José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Orador — É inédito no Parlamento que alguém venha ameaçar um Deputado desta Casa com um inquérito ou o que quer que seja, porque proferiu as suas opiniões

Protestos do PSD

O Sr José Magalhães (PS) — Era o que faltava!

O Orador. — Para terminar, gostaria de dizer o seguinte, particularmente ao PSD em matéria de obras públicas quem modificou, como se sabe, todo o processo de concursos de obras públicas, dotando-o de clareza e de transparência, foi exactamente o Governo do PS e o Engenheiro João Cravinho. Dotámos este processo de clareza e de transparência, que não tinham no tempo do PSD, como se provou, por inquérito feito nesta Casa, ao longo de muitos meses, e ficámos a saber os compromissos que nessa matéria aqui foram concluídos e os processos que foram enviados para a Procuradoria-Geral da República

Isto significa, pois, que, em vez de estar o PSD preocupado com as declarações do Sr Deputado João Cravinho, deveria estar preocupado com as declarações do Sr Deputado Durão Barroso, que já disse que conhece mafias e mafiosos na vida política e foi incapaz de, publicamente, como é a sua obrigação política mas, sobretudo, cívica, ele que disse que conhecia os mafiosos e quem fazia isso, apesar de ser essa a sua obrigação quer politicamente quer como cidadão, participar aos tribunais esse problema, sob pena de, como já afirmei publicamente, se tornar cúmplice dessa mesma ilegalidade e desse clima de suspeição

Aplausos do PS

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Pergunto aos Srs Deputados Telmo Correia e António Capucho para que efecto pediram a palavra.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, pedi a palavra para defesa da honra

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Dar-lhe-ei, então, a palavra no final do debate

E o Sr. Deputado António Capucho?

O Sr António Capucho (PSD) — Para interpelar a Mesa. Sr Presidente

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, usará da palavra depois do Sr Deputado Octávio Teixeira, que está inscrito previamente

Tem a palavra. Sr Deputado Octávio Teixeira

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, logicamente, a minha interpelação é para me referir ao mesmo assunto, mas gostaria de começar por dizer que, pela nossa parte, estamos perplexos com a perplexidade agora manifestada pela bancada do Partido Socialista

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — A perplexidade que pode existir resulta das declarações contundentes, claras e muito frontais

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — E graves!

O Orador — feitas ontem pelo Sr Deputado João Cravinho

Quando o Sr Deputado João Cravinho refere que o Governo cedeu a *lobbies*, que o Sr Deputado João Cravinho deixou de ser ministro porque o seu Governo, o Governo do seu partido, cedeu a *lobbies*, quando o Sr Deputado João Cravinho diz que, por ele, enquanto ministro, conseguiu poupar ao Estado, ao erário público, 40 ou 50 milhões de contos por ano, fez acusações ou, se não quiser a palavra «acusações», direi afirmações gravíssimas que devem ser esclarecidas total e completamente

O Governo do Partido Socialista deve esclarecer estas afirmações. Daria mais até para poder potenciar a liberdade de expressão do Sr Deputado João Cravinho, sugeria ao Sr Deputado que, na próxima sessão plenária, fizesse uma declaração política nesta Câmara

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Orador — para clarificar tudo aquilo que ontem disse e para completar aquilo que ontem não disse, de modo a que pudéssemos ficar esclarecidos, pela sua parte, sobre o que ele disse, o que ele fez, os *lobbies* que ele contestou e os *lobbies* a que ele fez frente, bem como para o podermos aplaudir pelos 40 ou 50 milhões de contos que poupar ao erário público anualmente, mas também para podermos, igualmente, clarificar quem são os *lobbies*, que *lobbies* são e por que razão é que eles têm não só capacidade de pressão mas também capacidade para fazer o Governo do Partido Socialista ceder aos seus interesses a ponto de ser demitido um ministro por causa dessa capacidade

Sr Presidente, neste sentido, solicito a V Ex^a e à Mesa que desenvolvam todos os esforços para que, na próxima sessão plenária, o Partido Socialista, o Governo e o Sr Deputado João Cravinho possam esclarecer, de uma vez por todas, se for possível, se forem capazes disso, pelo menos mais do que já esclareceram até hoje, sobre as declarações ontem proferidas

Aplausos do PCP

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma nova interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, muito brevemente, porque não quero alongar este debate, aliás, o essencial do que tinha para dizer está dito, não posso deixar de reagir, através de V Ex^a, perante as declarações da bancada socialista, que quis criar aqui um abcesso de fixação, quis fazer uma manobra de diversão, quando o que está em causa é óbvio Ninguém está a criticar ou a condenar o Sr Deputado João Cravinho!

Vozes do PSD — Com certeza!

Protestos do PS

O Orador — Por amor de Deus, Srs Deputados!

Aquilo que estou a solicitar resulta de uma situação suscitada pelo Sr Deputado João Cravinho, que é pública e notória e foi vista por milhões de portugueses

Socorri-me da presença do Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para transmitir ao Governo a solicitação que parece unânime nesta Câmara, com excepção da bancada socialista, no sentido de que a situação seja cabalmente esclarecida, no sentido de que o Governo e o Partido Socialista, que são citados na declaração do Deputado João Cravinho, nos possam esclarecer e de que o próprio Deputado João Cravinho possa ir mais longe nesse esclarecimento Isto tem toda a naturalidade, é uma exigência óbvia, é uma exigência legítima do Partido Social Democrata e é lamentável a atrapalhação do Partido Socialista, que pretende agora criar manobras de diversão

Aplausos do PSD

O Sr José Magalhães (PS) — Qual atrapalhação?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — O Sr Deputado João Cravinho, que, de resto, tem sido mencionado várias vezes, pediu a palavra e a Mesa vai conceder-lhe o uso da palavra Também pretende interpelar a Mesa, Sr Deputado João Cravinho?

O Sr João Cravinho (PS) — Sr Presidente, também poderia usar da palavra para defesa da honra mas não o farei, porque não ofende quem quer mas apenas quem pode, em determinadas circunstâncias, e dependendo do alvo

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Julgo que também ninguém o ofendeu, Sr Deputado

O Sr João Cravinho (PS) — Farei, portanto, uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr João Cravinho (PS) — Sr Presidente, há umas semanas, o Sr Deputado Durão Barroso, Presidente do PSD, em declarações largamente publicitadas na comunicação social fez afirmações no sentido de que a política estava cheia de «mafias» e ele próprio ali o testemunhava

Suponho que o Sr Deputado António Capucho, nessa altura líder parlamentar do PSD, veio a esta Câmara pedir um inquérito parlamentar a essas declarações e pedir ao Sr Deputado Durão Barroso que se explicasse Porventura, em devido prazo, isso será agendado Não estive nessa sessão ou, pelo menos, nessa parte da sessão em que o Sr Deputado António Capucho fez essa declaração, também não estive na parte em que o Sr Deputado Telmo Correia se insurgiu do mesmo modo, como também não ouvi o que disse o Sr. Deputado Octávio Teixeira Mas esse debate vai ter precedência sobre qualquer outro, vindo, para mais, da parte do Sr Deputado Durão Barroso, líder do PSD, candidato a Primeiro-Ministro e que, nessas declarações, veio dizer que, quando ele fosse Primeiro-Ministro, não sei quê e não sei quê, como e implícito Gostaria, pois, que o Sr Presidente me informasse se está agendado tal debate

Protestos do PSD

Para além disso, devo dizer que aquilo que ontem declarei consta, certamente, de gravações, pelo que a minha interpelação vai no sentido de pedir ao Sr Presidente que essas gravações sejam distribuídas a todas as bancadas, para que se não persista em deformar ou deturpar o que eu disse, o contexto em que o fiz e a que propósito o fiz, porque nada tem a ver com a actuação deste Governo, com estes projectos e muito menos com o caso da construção do novo aeroporto na Ota, pelo qual eu próprio me batí, como é bem sabido Seiia estranho que, agora, quando se faz precisamente a declaração de que se vai avançar para a construção na Ota, viesse dizer qualquer coisa desse tipo

Fiz uma declaração precisa, num contexto preciso, referindo-me, efectivamente, à existência de *lobbies* Pelos vistos, o Sr Deputado António Capucho não sabe que existem *lobbies*, mas já dizia Aquilino Ribeiro que, quando os *lobbies* uivam, alguma coisa sucede

Risos do PS

Portanto, o sentido da minha interpelação é precisamente o de que seja distribuída a todas as bancadas a gravação das minhas declarações, para que se possa perceber a calúnia que se levanta sobre este Governo, sobre o Partido Socialista, sobre o governo anterior e sobre a minha pessoa, quanto ao móbil, à intenção e ao conteúdo exacto do que disse

Aplausos do PS

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem agora a palavra o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço desculpa mas o Sr Deputado Telmo Correia inscreveu-se para exercer o direito regimental de defesa da honra da bancada

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Paulo Portas, quando perguntei ao Sr Deputado Telmo Correia a figura regimental ao abrigo da qual se inscrevia, ele disse

que pretendia defender a sua honra, não mencionou a honra da bancada e, por isso, ficou inscrito para usar da palavra no final deste debate.

Não tendo sido esclarecido esse ponto, a sua intervenção, Sr. Deputado Paulo Portas, é extemporânea

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso não se faz!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia) — Sr. Presidente, Srs Deputados, quero congratular-me com a clareza da intervenção do Sr. Deputado João Cravinho agora feita, isentando o Governo de qualquer responsabilidade no que toca às afirmações ontem produzidas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Ó Diabo! ..

O Orador: — A intervenção do Sr. Deputado João Cravinho foi feita de modo claro, e todos o ouvimos aqui, pelo que quero saudar essa clareza, tendo isentado, de modo expresso, de qualquer insinuação ou responsabilidade este Governo, o XIV Governo Constitucional

De resto, e em resposta às intervenções das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PCP, este Governo é, necessariamente, o mais interessado em que estas situações sejam devidamente esclarecidas

Vozes do PSD — Nota-se!

O Orador — Há muito nervosismo nessas bancadas!

Saudo também a proposta apresentada pelo Sr. Deputado João Cravinho, no sentido de se ouvirem, na totalidade, as declarações que ele ontem produziu e, como aqui referiu, não a propósito das obras em curso, das obras projectadas ou das obras a lançar, designadamente daquela sobre que incidiu o debate de ontem, ou seja, a construção do novo aeroporto na Ota

Donde, para que as coisas não fervam em pouca água, vamos, tranquila e serenamente, ouvir as declarações do Sr. Deputado João Cravinho e, depois, cada bancada decidirá do seu comportamento, sendo que, da minha parte, e em nome do Governo, estaremos, naturalmente, atentos e colaborantes nesta matéria, que é uma matéria fundamental para o regime democrático e para a clareza das nossas posições

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP). — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Junqueiro, o que eu disse em relação ao Engenheiro João Cravinho, que ele, efectivamente, não ouviu, porque não estava presente, facto que ficou claro na sua intervenção, foi que, do nosso ponto de vista, não havia qualquer razão para que a sua honra pudesse ser defendida, até porque eu comecei por dizer, na minha declaração, que o tínhamos por uma pessoa responsável e séria e por um homem de honra. Não se pode dizer melhor

sobre alguém e é por isso mesmo que as declarações do Sr. Deputado João Cravinho, que eu ouvi, são graves

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza!

O Orador — São graves, porque o Sr. Engº João Cravinho disse ontem — e desminta-me se assim não foi — que o Governo e o Partido Socialista teriam sido derrotados e que estariam na mão de *lobbies*

O Sr. João Cravinho (PS) — Não, não!

O Orador — Perdão, disse que o Governo e o Partido Socialista teriam sido derrotados por *lobbies* e que isso estaria relacionado — foi o que percebi das suas declarações — com a sua própria saída do Governo

Estas declarações são graves e são sérias e aquilo que não é admissível é que se façam insinuações, aí, sim, com alguma indelicadeza, Sr. Deputado José Junqueiro, sobre a seriedade da declaração de outras pessoas, porque eu, como parlamentar, digo aquilo que entendo sobre as matérias que tiver por convenientes e, se digo que não duvido da seriedade de qualquer dos membros desta Câmara, não aceito que o senhor diga que as minhas declarações são menos sérias

Digo isto porque o senhor está a fazer uma coisa completamente inconcebível, a coisa mais extraordinária do mundo, que é, perante declarações com esta importância, que vêm de um ex-Ministro com o peso que o Deputado João Cravinho teve no governo, «assobiar para o lado»! Diz que não se passou nada, que não aconteceu nada, que não há qualquer relevância e isso, do nosso ponto de vista, é que não é aceitável

Repare que podíamos, inclusivamente, ter ido mais longe, mas saliento que tive o cuidado de não fazer aquilo que muitas vezes já vi fazer nesta Câmara, ou seja, não estando o Engenheiro João Cravinho presente, não o interpelei e não lhe pedi nada. Por isso mesmo, recorri a uma figura que o senhor devia ter aceite e que o Sr. Deputado Francisco de Assis, certamente, aceitou, que passa por, uma vez que os senhores são um grupo, pedir ao líder desse grupo que solicitasse esclarecimentos. É desses esclarecimentos que estamos à espera e é por isso que reiteramos as perguntas que fizemos, dizendo ao Sr. Secretário de Estado que queremos saber se os senhores foram ou não derrotados por *lobbies* e ao Sr. Deputado João Cravinho que queremos saber o que é que quis dizer com aquelas declarações. Já ouvimos a gravação, mas queremos saber mais e aguardamos esses esclarecimentos

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Estão ainda inscritos para intervir sobre este assunto os Srs. Deputados José Junqueiro, Octávio Teixeira, João Cravinho, António Capucho e Francisco de Assis. Saliento que, depois das intervenções dos Deputados que referi, não darei a palavra a mais ninguém para intervir sobre esta matéria, até porque terei de dar resposta às interpelações que, efectivamente, foram feitas, já que houve outras que foram dirigidas à Mesa.

Para dar explicações, querendo, tem, então, a palavra o Sr Deputado José Junqueiro

O Sr José Junqueiro (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Telmo Correia, serei muito breve. Devo dizer-lhe que reitero aquilo que disse, porque há uma profunda hipocrisia nas suas afirmações. Sugeri-lhe que, em vez de vir aqui com toda esta pressa, esperasse pela vinda do Sr Engº João Cravinho, para, na frente dele, produzir estas afirmações.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Já foi feito!

O Orador — V Ex^a diz que ele é um homem de honra e uma pessoa séria. Ora, acabou um homem de honra e uma pessoa séria, e nisso estou inteiramente de acordo consigo, de explicar aquilo que ontem se passou, propondo uma metodologia e V Ex^a, perante um homem de honra e uma pessoa séria, e por isso digo que o senhor utiliza a mais profunda hipocrisia, está a pôr novamente em dúvida aquilo que ele disse ao Plenário!

Aplausos do PS

O Sr José Magalhães (PS) — É abjecto!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Vocês não podem apagar o que está dito!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma interpelação, tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira, a quem peço que seja breve

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Serei breve, Sr Presidente, pedindo-lhe desculpa por me dirigir directamente ao Sr Deputado João Cravinho

Sr Deputado João Cravinho, julgo que V Ex^a me devia ter agradecido aquilo que eu disse! Devia tê-lo feito, porque, ao fim e ao cabo, eu demonstrei ter prestado muito mais atenção às suas declarações do que às declarações do Sr Deputado Durão Barroso

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Claro!

O Orador — Devia, portanto, agradecer-me por ter feito esta distinção clara!

Contudo, a questão é diferente. V Ex^a fez ontem algumas declarações, e penso que fez bem em ter distribuído o conteúdo integral das mesmas, relacionando-as com o facto de ter deixado de ser Ministro. No entanto, V Ex^a, na sua intervenção, e o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, na sequência dessa mesma intervenção, referiram que este Governo, o XIV Governo, não tem nada a ver com isto. O Sr Deputado João Cravinho, o XIII Governo acabou nos finais de Outubro e não há um século atrás! Para além do mais, há uma continuidade, em termos de responsabilidade político-partidária do Governo, entre o XIII e o XIV Governos. Se o problema é do XIII Governo, nós queremos saber qual é esse problema, até porque foi nesse que V Ex^a participou.

Para terminar, Sr Deputado João Cravinho, queria dizer que o que se pode concluir das suas declarações é que quando os *lobbies* uivam,

O Sr José Junqueiro (PS) — O PSD agita-se!

O Orador — os ministros caem!

Aplausos do PCP

Risos do PSD

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, não posso deixar de reagir, porque fui citado nas declarações do Sr Engº João Cravinho

Começaria por dizer que não há qualquer dúvida nesta Casa sobre a honorabilidade e a honradez do Engenheiro João Cravinho, nem é isso que está em causa

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Mal tora!

O Orador — O que está em causa é o conteúdo e o alcance das declarações do Engenheiro João Cravinho, produzidas ontem — saliento que não foi no dia de Natal nem noutro dia qualquer, mas ontem —, no final de um debate aqui ocorrido, subordinado ao tema da construção do aeroporto da Ota e na presença do Sr Ministro do Equipamento Social. Essas declarações não podem ser apagadas, porque o registo existe e aquilo que pedimos foi apenas o cabal esclarecimento do alcance dessas declarações

O Sr José Junqueiro (PS) — Que anjinho!

O Orador — Ora, a resposta que nos deram até agora releva do surrealismo político! Porquê? Porque o Sr Deputado João Cravinho disse, preto no branco, que foi «apeado» de Ministro — disse alias, derrotado, numa frase politicamente incorrecta —, porque foi derrotado pelos *lobbies*! Isto está escrito! Acrescentou ainda o Sr Deputado João Cravinho que foram igualmente derrotados e cederam aos *lobbies*, quer o Partido Socialista, quer o Governo

Agora, vem o Sr Deputado João Cravinho pretender escamotear. Escamotear é excessivo, peço desculpa

Vozes do PS — Ah!

O Sr José Junqueiro (PS) — Essa tendência!

O Orador — É pelo respeito que me merece o Sr Engº João Cravinho que faço a emenda!

Dizia que, agora, vem o Sr Deputado João Cravinho corrigir essas declarações, dizendo que, afinal, este Governo não tem nada a ver com isso e que, porventura por razões de solidariedade, este Partido Socialista não tem nada a ver com isso!

Desculpem-me, Srs Deputados, Sr Presidente e Sr Secretário de Estado, mas penso que era bom que o Sr Primeiro-Ministro, que também é Secretário-Geral do Partido Socialista, ou que o Sr Ministro do Equipamento Social, que é também Presidente da Comissão Permanente

do Partido Socialista — e visto que não está cá, peço a V. Ex.^a, Sr Secretário de Estado, que lhe dê o recado —, pudessem dar-nos um esclarecimento cabal para sabermos se é verdade ou mentira que o Partido Socialista e o Governo cederam a *lobbies* e a interesses corporativos.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, de uma forma muito clara, quero deixar patente a esta Câmara a posição de fundo e estrutural do Grupo Parlamentar do PS em relação a questões desta natureza.

Entendemos que sempre que sejam introduzidos, seja por que motivo for, factores de suspeição em relação ao funcionamento transparente de todo o sistema político, esses factores de suspeição devem ser inteiramente removidos!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Claro! Disso é que estávamos à espera!

O Orador: — Entendemos ainda que a Assembleia da República tem, naturalmente, responsabilidades no sentido de remover esses factores de suspeição!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ora até que enfim!

O Orador — Ocorre que, em relação a esta situação em concreto, o Sr Deputado João Cravinho proferiu ontem afirmações que suscitaram interpretações, ao que parece, ambíguas. Creio que a primeira questão que deve ser colocada e que a forma mais séria de a colocar é reconduzir essas afirmações para o nível da interpretação autêntica

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador. — A meu ver, a única pessoa que está em condições de fazer a interpretação autêntica dessas declarações é a pessoa que produziu essas declarações, ou seja, o Sr Deputado João Cravinho. Esta é a primeira questão e, por isso, quero salientar a disponibilidade que o Sr Deputado João Cravinho acabou de manifestar para que as suas declarações sejam ouvidas, analisadas e interpretadas

Depois, os Srs Deputados de praticamente todas as bancadas elogiaram a honradez e a seriedade do Sr. Deputado João Cravinho. Não era, de resto, de esperar outra coisa, face ao seu percurso e ao seu carácter. Precisamente por isso, estão agora obrigados a aceitar a interpretação autêntica das suas próprias palavras, ou seja, a interpretação formulada pelo próprio. Entendo que, feito isto, está completa e cabalmente resolvida a questão.

Aplausos do PS.

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Tem, finalmente, a palavra o Sr Deputado João Cravinho, que, para o efeito, dispõe de 3 minutos

O Sr João Cravinho (PS) — Sr Presidente e Srs Deputados, de facto, eu não estava presente no início da sessão e, portanto, não tive oportunidade de ouvir o que foi dito, nomeadamente pelo Sr. Deputado Telmo Correia

Devo dizer-lhe, Sr Deputado, que, pelo reiterar das suas posições anteriores, que tenho por autênticas, reconheço a correcção e agradeço os termos em que se me referiu, tal como agradeço aos Srs Deputados António Capucho, Octávio Teixeira e Francisco de Assis as referências pessoais que me fizeram. Todavia, esta não é uma Câmara onde se devam fazer referências pessoais. Temos de partir do princípio de que todos os membros desta Câmara têm, por escolha popular, o reconhecimento da sua integridade e, caso haja algo em contrário, então que se faça prova concreta no momento em que se formula qualquer dúvida ou suspeição. A simples dúvida que atinja qualquer dos membros desta Câmara, desacompanhada de qualquer elemento comprovativo, é, de certeza, um atentado a qualquer um de nós

Dito isto, quero tornar extensivas as considerações anteriores a qualquer deturpação no contexto do que se disse e do que se não disse

O que sucedeu foi que se tratou de uma entrevista. E numa entrevista há dois elementos: a pergunta e a resposta. Ora, tem-se falado muito da resposta que eu dei, mas não se falou da pergunta que me fizeram

É também evidente, Srs Deputados, que a resposta varia infinitamente consoante a hipótese de pergunta que cada um queira pôr. Se, em relação à mesma resposta que dei, me perguntassem assim: «O senhor saiu do governo?» Mas ninguém me fez essa pergunta. Não fizeram! E é por isso que eu quero as gravações!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Isso não é uma pergunta. Isso é um facto!

O Orador — É um facto! Mas não era essa a pergunta a que eu estava a responder. Aliás, devo dizer que se me tivessem colocado essa pergunta eu não responderia!

Vozes do PSD — Ahh!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — O facto de dizer que não responde já é uma forma de responder!

O Orador — Não responderia, porque, como sabem, a política tem regras — e eu cumpro-as rigorosamente quer dentro do meu partido quer em relação a todo o corpo político português —, que são as da integridade útil em nome do interesse público e não as regras do *show off*.

Dito isto, quero referir que a pergunta que me fizeram não teve rigorosamente nada a ver, o que vai ser comprovado pelas gravações... A pergunta não foi, por exemplo, esta: «Então, o senhor saiu do governo? Não!» A pergunta foi outra

Já agora, por uma questão de alimentação da curiosidade de alguns Srs. Deputados, gostaria de perguntar se sabem qual foi a pergunta. Gostaria de dirigir

esta questão aos Srs. Deputados Telmo Correia, António Capucho e Octávio Teixeira Façam favor de dizer, Srs Deputados, qual foi a pergunta para ficarmos a saber se sabem efectivamente do que é que se estava a tratar

O Sr José Magalhães (PS): — Eles não precisam!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado João Cravinho, tem de concluir.

O Orador — Terminei, Sr Presidente, dizendo o seguinte estou integralmente disponível, de companhia com o Sr. Deputado Durão Barroso, aqui presente, para, em qualquer lado, falar de mafias Aliás, darei a precedência ao Sr. Deputado Durão Barroso, por razões de antiguidade, dado que foi ele o primeiro,

Risos do PS.

... e por razões de autoridade, uma vez que ele é líder parlamentar com uma percentagem de votos a que eu não me arrogo Limitei-me a vencer as eleições no distrito de Aveiro contra aqueles que me acusavam precisamente da matéria objecto da pergunta.

Vozes do PSD: — Qual?!

O Orador: — Mas o Sr Deputado Durão Barroso, que é «primeiro-ministro potencial» — ele sabe que um dia o será (não sabe é quando!...) —, tem obrigações muitíssimo maiores, porque faz uma acusação, essa sim, grave. Não foi a minha afirmação que foi grave! Eu limitei-me a responder a uma pergunta!

Vozes do PSD: — Qual?!

O Orador: — Limitei-me a responder a uma pergunta precisa, enquanto o Sr Deputado Durão Barroso fez considerações sobre a generalidade da vida política portuguesa, tanto em relação ao seu partido, como em relação aos outros.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado João Cravinho, já pedi para concluir a sua intervenção. O seu tempo esgotou-se.

O Orador — Concluo, Sr. Presidente, solicitando, de novo, à Mesa que sejam distribuídas as gravações e que depois disso se ofereçam as considerações que se entenderem, mas que não se fale de barato

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr " e Srs. Deputados, das várias intervenções que foram feitas até agora, só algumas, em rigor, se dirigiram à Mesa, as restantes estão fora da ordem regimental

No entanto, o que testemunho é uma omissão no nosso Regimento. Entendo que o Regimento da Assembleia da República deverá, após futura revisão, prever o que é um verdadeiro debate de urgência, que deve ser breve, mas que, rigorosamente, não envolve a Mesa. Este tipo de

situação acontece imensas vezes. E foi o que aconteceu esta manhã!

Relativamente às questões que foram directamente dirigidas à Mesa, tenho a dizer o seguinte o texto correspondente à gravação das declarações feitas ontem, no Plenário, pelo Sr Deputado João Cravinho está acessível, está disponível e vai ser distribuído. Quaisquer outras declarações que o Sr. Deputado João Cravinho tenha feito a qualquer órgão de comunicação social não são acessíveis pela Mesa. Se, porventura, o Sr Deputado João Cravinho tem interesse em que as mesmas sejam do conhecimento dos grupos parlamentares, terá de ser ele mesmo a encarregar-se de as obter e de as fazer distribuir

Quanto às diversas diligências que foram solicitadas à Mesa, considero-as como um instrumento retórico. Rigorosamente, o que os Srs. Deputados interpellantes pretendiam eram respostas do Sr Deputado João Cravinho, de quem representa aqui o Governo e de quem representa o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Todas essas respostas foram dadas e a Mesa nada mais tem a acrescentar.

Algum outro requerimento que os Srs. Deputados queiram fazer, de elementos que estejam na posse do Governo, têm o instrumento regimental para o fazer, pelo que o podem fazer por escrito em qualquer altura.

Sobre outras diligências de investigação em relação a esta matéria, devo dizer-lhes que não compete à Mesa fazê-las. Os Srs. Deputados que queiram proceder à utilização de outros preceitos regimentais deverão fazê-lo também através dos meios previstos no nosso Regimento.

As declarações do Sr. Deputado João Cravinho, insisto, vão ser distribuídas imediatamente, porque estão disponíveis, pelos serviços de apoio ao Plenário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD): — As declarações! Não são as perguntas!

O Sr José Magalhães (PS): — Sr Presidente, peço a palavra!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para que efecto Sr. Deputado?

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação relacionada com as declarações de V. Ex.º

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, Sr Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, esta interpelação tem um fito, apenas.

Registámos e tomámos conhecimento das conclusões de V. Ex.º Trata-se de uma prerrogativa que lhe assiste pelas funções que, neste momento, exerce. Mas, quanto a um dos pontos, gostaríamos de anotar que não estamos conformados, bem pelo contrário, estamos inconformados e levaremos até ao extremo a nossa inconformação.

Quando o Sr Deputado João Cravinho pediu para que a Mesa diligenciasse no sentido de ser junto aos autos a

transcrição de uma declaração pública feita a um órgão de comunicação social exerceu uma prerrogativa que tem sido exercida sem discriminações por incontáveis Deputados desta Casa. É uma diligência que é feita usualmente e que o Sr. Presidente da Assembleia da República, como qualquer Presidente em exercício, despacha sem qualquer hesitação e em relação à qual o uso dos meios da Assembleia da República para o esclarecimento da verdade é não apenas banal como curial, necessário e inquestionável

Neste sentido, Sr. Presidente, insisto que V. Ex^a, através dos meios competentes, determine a obtenção, a transcrição e a distribuição, o mais urgente possível, das declarações em causa, no seu teor integral, incluindo as perguntas feitas, a fim de que a Câmara possa ajuizar e a opinião pública tenha conhecimento rápido da situação

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador. — Isto é o mínimo que achamos curial e aceitável!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado José Magalhães, não tinha presente a existência desta praxe na Casa. No entanto, se existe uma praxe neste sentido, respeitá-la-ei, mas também devo dizer que não concordo com ela. É uma opinião. Será feito

Srs Deputados, vamos agora passar à ordem do dia com a sessão de perguntas ao Governo agendada para hoje, porque é para isso que aqui estamos, além das outras coisas, evidentemente

A primeira pergunta, que deveria ser formulada pelo Sr. Deputado Fernando Jesus, sobre a modernização da linha do Minho e variante da Trofa, não poderá ser feita, uma vez que o Sr Membro do Governo que deveria responder se encontra doente

Vamos, portanto, passar à segunda pergunta, que será formulada pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, sobre a situação do Grupo Siemens em Portugal, particularmente das suas unidades produtivas em Évora, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia

Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Srs. Membros do Governo Há um ano, em 20 de Janeiro, num debate de urgência promovido pelo PCP, o Ministro da Economia, fazendo eco das posições da administração, afirmou aqui que «a estratégia da Siemens vai ser, e está a ser, não a de desinvestir mas a de valorizar os activos que montou»

A verdade é que de então para cá, em Évora, a Siemens transferiu a propriedade da fábrica de componentes electromecânicos para uma multinacional sediada num «paraiso fiscal», as Bermudas, chamada Tyco Internacional

Entre o debate de há um ano e hoje, a Siemens eliminou cerca de 300 postos de trabalho e, já depois de transferida a propriedade para a Tyco, 120 trabalhadores do quadro foram coagidos e pressionados a rescindir os seus contratos de trabalho, o que, aliás, a empresa tem vindo a

fazer ainda por cima à custa, em parte, do sistema público de segurança social

Na Indelma, empresa também do Grupo Siemens, está em curso a deslocalização de uma parte da produção para a Lituânia, ao contrário, aliás, das garantias que o Sr Secretário de Estado, aqui presente, teria dado às organizações representativas dos trabalhadores

Na fábrica de Corroios, a Siemens eliminou 90 postos de trabalho, no sector da fabricação de equipamentos e telecomunicações, e tem agora em curso um processo de despedimento colectivo de mais 9 trabalhadores

No Sabugo, concelho de Sintra, na fábrica de transformadores, foram eliminados 50 postos de trabalho e mais 25 estão ameaçados

Finalmente, na nova fábrica de condensadores de tântalo, em Évora, cerca de 90% dos 400 trabalhadores são trabalhadores precários

Isto é, só em 1999, o Grupo Siemens eliminou, no nosso país, mais de 600 postos de trabalho, após, já anteriormente, em 1997 e 1998, ter encerrado a fabricação de disjuntores no Seixal — com transferência do processo produtivo para a Grécia — e a fábrica de cablagens de Porto Alto — com transferência para a Polónia —, num total de mais 700 postos de trabalho eliminados

E tudo isto acontece num contexto, anunciado pelo próprio Grupo, de aumento das encomendas, em 1998/99, de 40%, em comparação com o exercício anterior, e de aumento dos lucros de exploração de 2,6 milhões de contos, no ano fiscal de 1997/98, para 8,8 milhões de contos, em 1998/99.

E mais tudo isto acontece quando o Grupo Siemens, ao abrigo do PEDIP II, obteve uma autorização total de apoios no valor de 15,4 milhões de contos, dos quais já recebeu 8,6 milhões de contos

A vida, infelizmente, está a dar razão às nossas preocupações e às preocupações dos trabalhadores e está a desmentir as afirmações do Governo

A verdade, Sr Secretário de Estado, é que o Governo se tem mantido inaceitavelmente alheio à evolução desta situação e limitado a ser porta-voz dos comunicados da administração do Grupo Siemens

É que não basta que o Governo venha, amanhã, lamentar o eventual facto de o Grupo Siemens não cumprir os acordos contratualizados com o Estado português e se deslocalizar para outras paragens, como o fez recentemente a Texas Instruments Samsung

O que se exige é que o Governo intervenha, em tempo útil, defendendo os interesses e a economia nacional, o emprego e os direitos dos trabalhadores, exigindo o cumprimento dos contratos livremente assinados pelas multinacionais

E o que queremos saber, Sr Secretário de Estado, é como é que o Governo avalia este processo? Que contrapartidas o Grupo Siemens se obrigou a cumprir face à aprovação dos apoios ao abrigo do PEDIP?

Que garantias dá aqui o Governo de impedir a continuação da degradação da qualidade do emprego e das relações laborais no interior do Grupo Siemens, designadamente a continuação dos processos de despedimentos?

Finalmente, que perspectivas tem o Governo quanto à manutenção do investimento do Grupo no nosso país,

naturalmente com respeito pela soberania nacional, designadamente quanto à fábrica de relés de Évora?

Esperamos, Sr Secretário de Estado, respostas concretas!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra, por 3 minutos, o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia (Vítor Ramalho) — Sr Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, ouvi com a maior atenção a sua pergunta e estranho, digo-lho sincera e objectivamente, que a informação que lhe foi veiculada seja tão truncada

Os dados concretos de que o Ministério da Economia dispõe relativamente à Siemens revelam que, desde 1997 até 1999, ou seja, em dois anos, o crescimento global do emprego — e é essa perspectiva que, ao nível do Governo, deve ser salvaguardada, numa lógica macroeconómica, a de ver o todo e não apenas a parte — foi de cerca de 700 postos de trabalho criados, no conjunto

Relativamente à situação da facturação da Siemens, no conjunto, sucede apenas que, no ano passado, o crescimento da Siemens, em Portugal, relativamente a uma componente de exportação, foi da ordem de 60%. Quer isto dizer que, de 200 milhões de contos produzidos em Portugal, cerca de 100 milhões de contos foram da produção para exportação

É facto que, relativamente à contratualização outorgada quer para a fábrica de Évora quer para a de Vila do Conde, e por se tratar de investimento, em qualquer das situações, superior a 5 milhões de contos, houve — e isso foi publicado no *Diário da República* — a preocupação, sobretudo, de salvaguardar os postos de trabalho, mas também de criar postos de trabalho, nomeadamente, 360 postos de trabalho, na fábrica de Évora, e um número relativamente superior, em Vila do Conde

Esta é a realidade objectiva dos factos

Em relação a Corroios, não entendo como é possível perceber-se a dinâmica e a dialéctica da vida e a mudança da realidade a nível internacional e não se ter presente que, em Corroios, o que se passa é tão-só isto: essa empresa da Siemens produzia para *hardware*, ou seja, para telefones fixos para a PT, e, em função da evolução tecnológica, foi necessário adaptar para *software*. Ora, como houve a admissão de um número muito avultado de trabalhadores, naturalmente, na reconversão, foi necessário fazer-se acordos de rescisão com os trabalhadores, o que se lamenta. Porém, o conjunto dos trabalhadores cresceu e não diminuiu

Neste momento, por razões que o Sr. Deputado deve averiguar, há, de facto, apenas nove trabalhadores, que legitimamente não querem chegar a acordo, mas, seguramente, em função da evolução de uma empresa que admitiu mais pessoas do que aquelas com que rescindiu os contratos por mútuo acordo, não há uma grande preocupação por parte do ministério, face naturalmente aos números que foram carreados

Quanto à fábrica de Évora, a que foi vendida pela Siemens, o que é outra questão.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que conclua, pois o seu tempo esgotou-se

O Orador — Concluo já, Sr Presidente

Como dizia, a Siemens tinha duas fábricas em Évora. Vendeu, de facto, uma, de relés, em Setembro do ano passado, e vendeu-a a uma empresa, a Tyco, que é apenas a líder mundial neste domínio. Ora, a garantia da continuidade da fábrica não está em causa, não há qualquer despedimento colectivo em curso, há, sim, presumivelmente por efeitos da reestruturação da empresa, a apresentação de propostas de rescisão por mútuo acordo, as quais têm sido desenvolvidas normalmente. Não há, pois, qualquer despedimento colectivo em curso. Garanto-lhe que a perspectiva da manutenção da Tyco nesta empresa é penhor e garantia da intenção de salvaguarda e de acompanhamento por parte do Ministério da Economia, dia-a-dia e, por vezes, hora a hora.

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Muito bem! Bem explicado!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para fazer uma pergunta adicional, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, sabe por que é que o senhor afirma que a minha informação é truncada?

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia — Sei! E o senhor também sabe!

O Orador — Talvez, Sr Secretário de Estado

Sabe porquê? É que o Sr Secretário de Estado limita-se a reproduzir aqui aquilo que são as posições oficiais do Conselho de Administração da Siemens, que obviamente faz aquilo que outras transnacionais têm feito em Portugal enquanto cria um quadro que lhes permite, em determinado momento, definir uma outra estratégia, eventualmente de deslocalização, não quer obviamente criar problemas sociais e diz que tudo está no melhor dos mundos.

Sr Secretário de Estado, por que é que, ainda anteontem, a Siemens se recusou a ir a uma reunião convocada pela Inspecção do Trabalho, em Évora, para esclarecer a situação dos processos de rescisão dos contratos?

O Sr Secretário de Estado vem aqui dizer — e isso foi anunciado publicamente — que, agora, a fábrica de relés em Évora foi vendida à Tyco. Mas, então, por que é que quem responde ao Grupo Parlamentar do PCP, sobre a estratégia dessa fábrica, continua a ser a Siemens? Que estranhas operações de reestruturação estão em curso?

Então não é verdade, Sr Secretário de Estado — e se o senhor não sabe, peça informações ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que deve saber —, que, durante o ano passado, foram liquidados 300 postos de trabalho na fábrica em Évora? E que a Siemens, ao mesmo tempo que está a rescindir contratos de trabalho com 120 trabalhadores do quadro, com direitos adquiridos e com formação de qualidade, está a pôr anúncios na imprensa local para admitir jovens, em regime de trabalho precário e sem qualquer formação? Então, para quê, Sr Secretário de

Estado? Não será para criar um quadro novo, que permita outras operações, sem problemas sociais e criando a ilusão de que as coisas estão todas a andar bem?

E quanto aos postos de trabalho que têm vindo a ser liquidados nas outras empresas do Grupo?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — O seu tempo esgotou-se, Sr Deputado Tem de terminar

O Orador — Vou terminar, Sr Presidente

E quanto à deslocalização de uma parte da produção da Indelma para a Lituânia? Etc , etc.

Sr. Secretário de Estado, o que pretendemos é que o Ministério da Economia não fique alheio a este problema, que não se limite a ser o porta-voz da administração do Grupo Siemens, que receba e fale com as comissões de trabalhadores e com os sindicatos, que peça informações ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e que actue no sentido de a Siemens cumprir, em Portugal, os acordos que contratualizou com o Estado, designadamente ao abrigo do PEDIP, mantendo os postos de trabalho e o investimento

É este o apelo que faço ao Governo e é esta a nota que quero aqui sublinhar

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr^a Deputada Mafalda Troncho

A Sr^a Mafalda Troncho (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, aproveito a ocasião para colocar-lhe duas questões relativas ao tema que foi suscitado pelo Sr Deputado Lino de Carvalho

Em primeiro lugar, e parece-me muito importante que esta questão fique completamente esclarecida, gostaríamos de saber se está salvaguardada a manutenção e a continuidade das fábricas em apreço, independentemente do grupo que as gere

Em segundo lugar, gostaríamos que nos informasse se é intenção deste Ministério continuar o investimento feito no Alentejo, que não teve paralelo ao longo destes últimos quatro anos deste Governo e que tem permitido ao Alentejo recuperar o seu atraso estrutural e criado expectativas que seria muito injusto defraudar, neste momento

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, tem a palavra para responder Peço-lhe que seja breve

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia — Sr Presidente, serei breve e começarei, naturalmente, pelo Sr Deputado Lino de Carvalho

Como o Sr. Deputado Lino de Carvalho compreenderá, ouvi-o com a maior atenção e tenho o maior respeito pela interpelação que fez e pela sua própria pessoa, mas é bom, sinceramente, não confundirmos a «nuvem com Juno». O Sr Deputado refere que o Ministério da Economia deve ter em atenção o mundo do trabalho, mas sabe que passo praticamente toda a minha vida a ouvir o mundo do

trabalho e os problemas destas situações Portanto, não falo pelas administrações, não tenha sobre isso qualquer dúvida

Agora, numa altura e num período em que, neste domínio concreto da electrónica, dos componentes das electrónicas e seus derivados, há uma reconversão a nível internacional, temos de ter uma política ajuizada e estrategicamente correcta por forma a conservar aquilo que no domínio das grandes empresas sirva, de facto, o valor acrescentado em Portugal, no respeito pelas regras do mundo do trabalho A este nível, o que sucedeu com a Siemens, e é útil que aqui seja reiterado, é que, no conjunto, o seu investimento, no ano passado, foi de 16 milhões de contos e, sinceramente, a participação e as ajudas do Estado são pouco significativas – digo-lhe, sinceramente –, estão contratualizadas e têm sido cumpridas, e a circunstância de uma das unidades ter sido cedida à Tyco, como foi de facto, é a de, repito, essa empresa ser líder mundial nos componentes de relés que ali são fabricados

Não há, neste momento, qualquer perspectiva que não seja positiva da continuação deste estado de coisas, ou seja, da criação do emprego e do investimento Há uma confusão enorme, desculpe que lhe diga, relativamente à deslocalização da Indelma, por isso é que digo que a informação não é correcta O que se passa é que, por efeito da circunstância da Indelma ter como fornecedor, num determinado segmento, a Renault, que cancelou uma parte da encomenda e do fluxo produtivo de um determinado sector, e ela própria o transportou para outro país, houve que readaptar, sem lesão dos postos de trabalho, a situação da Indelma Não está em causa, de maneira alguma, a continuação da empresa É útil não confundirmos o que é a deslocalização da própria empresa com o fluxo normal do comércio e das relações que podem determinar situações deste tipo Aliás, a preocupação do Ministério da Economia, neste domínio das empresas multinacionais — poder-lhe-ia dar muitos exemplos —, é a salvaguarda dos postos de trabalho e do investimento em Portugal Poder-lhe-ia dar números no domínio da indústria automóvel e outros domínios

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Na Ford da Azambuja!

O Orador — Exactamente! Provavelmente, também estará mal informado, mas poderei explicar-lhe o que ali vai determinar o crescimento da General Motors e a criação de riqueza e de postos de trabalho Portanto, isto tem de ser visto no seu conjunto

Sr^a Deputada Mafalda Troncho, não há, neste momento, tanto quanto é expectável, qualquer risco de que a Siemens diminua o investimento que tem em Portugal, nem é previsível o encerramento de qualquer unidade, ao contrário do que a Siemens fez a nível internacional, em vários países, mesmo europeus, de que é exemplo o encerramento da maior fábrica que tinha em Inglaterra, e o mesmo sucedeu com a Tyco, porque estamos no domínio de uma reestruturação internacional

Quanto investimento no Alentejo, vou ser muito sintético e dar-lhe duas respostas claras Da parte do Ministério, a preocupação da salvaguarda do emprego, mesmo em risco, é tão grande que, sabendo nós, por exemplo, da queda do preço do cobre a nível internacional, que, no ano passado, atingiu, em termos percentuais, o

valor mais baixo do século, em termos relativos, foi sua preocupação manter a totalidade dos postos de trabalho na Somincor, agregar e influir no sentido de que as nossas minas continuem a prosperar, admitindo também que a superação desta dificuldade é conjuntural e que, por isso, não há aqui qualquer lesão dos postos de trabalho, não obstante o prejuízo enorme de milhões de contos que a Somincor teve no primeiro semestre, exactamente por esta razão.

O investimento que temos projectado para o Alentejo também se reflecte no Quadro Comunitário de Apoio III e na lógica da desconcentração que este quadro traz. Não vale a pena entrar em pormenores, mas o projecto do Alqueva, por si mesmo, será um valor acrescentado enorme na criação de emprego e valorizará toda a região a par de outros instrumentos do Quadro Comunitário de Apoio III, numa lógica de desconcentração e de descentralização.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Faça favor

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, como o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia minimizou os apoios concedidos ao Grupo Siemens, ao abrigo do PEDIP, quero pedir à Mesa que entregue ao Governo a resposta que, recentemente, foi dada pela Comissão Europeia a um Deputado português, onde se afirma que até 4 de Outubro de 1999 as empresas do Grupo Siemens, em Portugal, receberam pagamentos dos fundos estruturais no montante de 43 milhões de euros, ao abrigo do PEDIP II, e, no quadro de autorizações de pagamento que estão em curso, o montante global de 77 milhões de euros. Ora, isto aponta-nos para valores entre os 15 e 16 milhões de contos, o que não é assim tão pouco, como o Sr. Secretário de Estado aqui nos disse, e, seguramente, isto implica contrapartidas e compromissos, da parte do Grupo Siemens, designadamente em matéria de manutenção dos postos de trabalho, que, declaradamente, não estão a ser cumpridos!

Era isto que eu gostaria que a Mesa fizesse chegar ao Governo.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Lino de Carvalho, faça o favor de o entregar na Mesa, para o fazermos distribuir.

Srs Deputados, visto não haver mais pedidos de esclarecimentos, vamos passar à pergunta seguinte, que irá ser formulada pelo Sr Deputado Hermínio Loureiro, do Grupo Parlamentar do PSD, sobre o centro de formalidades das empresas no distrito de Aveiro, que será respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia.

Sr Deputado Hermínio Loureiro, tem a palavra para formular a pergunta.

O Sr Hermínio Loureiro (PSD) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, na última campanha eleitoral, o PSD assumiu publicamente alguns compromissos importantes

para o desenvolvimento e afirmação do distrito de Aveiro. Temos apresentado várias iniciativas legislativas que vão ao encontro dos nossos compromissos.

A instalação de um Centro de Formalidades das Empresas no distrito de Aveiro é uma questão que consideramos de elevada importância, por isso mesmo a colocamos como uma prioridade.

O dinamismo empresarial do distrito de Aveiro é inquestionável, este distrito é um espaço privilegiado de acolhimento que atrai investidores, proporcionando riqueza e desenvolvimento. A forte dinâmica empresarial que caracteriza os aveirenses e a sua grande capacidade empreendedora justifica por si só a instalação de um Centro de Formalidades das Empresas neste distrito.

Ano após ano, o desenvolvimento económico do distrito de Aveiro aumenta de forma significativa, sem o apoio do poder central mas com o empenhamento forte da sociedade civil. À medida que o distrito de Aveiro se torna mais forte, a influência e o apoio do Estado tornam-se mais fracos e a ausência de um Centro de Formalidades das Empresas é bem o sinal disso. Os aveirenses têm de deslocar-se ao Porto ou a Coimbra para poderem ultrapassar as dificuldades burocráticas, tendo como nobre objectivo a criação de empresas. Nesta, como em outras matérias, não aceitamos a subalternidade a qualquer outro distrito.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.º e Srs Deputados. A universidade de Aveiro tem igualmente uma forte responsabilidade e tem dado um enorme contributo para o desenvolvimento económico e social da região. Como referência, convém aqui dizer que todos os anos muitos recém licenciados desta Universidade iniciam a sua vida empresarial, apostando em novas tecnologias, mas não é compreensível nem mesmo aceitável que neste distrito não se possa criar uma empresa sem ter de recorrer a outros serviços.

O associativismo empresarial e comercial do distrito são igualmente merecedores de um sinal claro e inequívoco por parte do poder central. Sabemos que é um anseio e um desejo com alguns anos, e pensamos que esta chegada o momento de o Governo rectificar o erro de, logo no início, não ter criado um Centro de Formalidades das Empresas no distrito de Aveiro, e que — e o Governo também o sabe —, inclusivamente, já foram disponibilizados vários espaços para a sua instalação, falta só a vontade política.

Tem hoje, na Assembleia da República, a oportunidade de anunciar que no distrito de Aveiro vai ser instalado um Centro de Formalidades das Empresas.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia — Sr Presidente, antes de começar a responder, e vou ser muito rápido, saúdo o Sr Presidente.

Como o Sr Deputado Hermínio Loureiro sabe, a rede dos Centros de Formalidades das Empresas foi criada em 1998. A preocupação é simples, e, de facto, a de desburocratizar, respondendo, fundamentalmente, à criação, dissolução ou extinção das sociedades, tendo em vista a circunstância de a legislação determinar um procedimento, desde o pedido da denominação até à

escritura e ao registo, extraordinariamente moroso, que, em regra, se cifrava entre 4 e 6 meses. Procurámos responder a este problema de uma forma expedita, porque a criação rápida de empresas é, fundamental, para o dinamismo económico. E naturalmente, de entre estes distritos, Aveiro é um daqueles em que se justificaria a ponderação da criação de um Centro de Formalidades das Empresas. Elaborámos um estudo exaustivo, tendo em atenção não só a procura da criação de empresas em termos da sua constituição, dissolução ou extinção, distrito a distrito, mas também a proximidade dos distritos em relação a outros Centros de Formalidades das Empresas que, eventualmente, viassem a ser constituídos.

Numa primeira fase, foram criados dois Centros de Formalidades das Empresas, um em Lisboa e outro no Porto, e, como sabe, numa segunda fase, avançou-se para a criação dos Centros de Braga, de Coimbra, de Loulé e de Setúbal. Existe, neste momento, a perspectiva de se criar mais um Centro no Porto, o que significa que teremos sete Centros de Formalidades das Empresas constituídos.

A razão da ponderação de o Centro de Formalidades das Empresas da região centro ficar em Coimbra e não em Aveiro tem a ver, fundamentalmente, com o seguinte: a procura é de facto a mesma e a justificação, do ponto de vista dos parâmetros solicitados e analisados, também é a mesma, simplesmente, dada a proximidade de Aveiro ao Porto e a circunstância de, no Porto, passar a haver dois Centros de Formalidades das Empresas, optou-se por Coimbra – aliás, em consonância com os agentes económicos da própria região centro e com as próprias entidades empregadoras. Uma segunda razão acresce a esta, e é a seguinte: um Centro de Formalidades das Empresas custa, em regra, cerca de 500 000 contos/ano, compreendendo as instalações e o número de funcionários afectos (entre 22 e 25), e tem a possibilidade de dar resposta à constituição de 20 empresas/dia, o que quer dizer que pode criar cerca de 5000 empresas/ano. Ora, sabendo-se que o número máximo de empresas constituídas num ano em Portugal, o que ocorreu em 1998, é cerca de 30 000, o número de Centros existentes responde cabalmente a esta procura. Portanto, a prioridade da criação de um Centro de Formalidades das Empresas em Aveiro, embora compreensível, não tem suporte factual, neste momento.

Como é que a situação pode ser superada, e já foi superada?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que sintetize, pois já ultrapassou o tempo de que dispunha.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia — Vou sintetizar, Sr. Presidente, até mesmo para informação da Câmara.

Em todos os distritos onde não haja Centros de Formalidades das Empresas, vamos criar – e já criámos, nomeadamente em Aveiro – uma relação directa em rede entre o Registo Nacional de Pessoas Colectivas e a conservatória do registo comercial. Esta relação directa já existe em Aveiro, no Funchal, em Leiria e em Viseu e vai ser criada em todos os distritos.

A criação desta relação directa em rede da conservatória do registo comercial com o Registo Nacional de Pessoas Colectivas permite que, na conservatória do registo

comercial, o requerente tenha acesso, por telex, à denominação que pretende, essa telex é autenticada imediatamente, portanto, na própria origem, e legitima a outorga da escritura. Celebrada a escritura, o registo na conservatória e a inscrição no Centro Regional da Segurança Social e nas finanças são feitos pelo mesmo modo. Provavelmente, o Sr. Deputado ainda não sabia desta situação, que foi recentemente criada.

O Sr. Herminio Loureiro (PSD). — Sabia, sabia!

O Orador — ... mas trata-se de um expediente muito mais fácil, muito menos oneroso e que também responde de uma forma eficaz a esta preocupação de desburocratização.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Hermínio Loureiro, António Pinho e Rui Marqueiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Loureiro, respondo, para o efeito, de 2 minutos.

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD). — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, lamento sinceramente que V. Ex.^a e o Governo não tenham aproveitado, hoje, a oportunidade para, nesta Câmara, anunciar ao País a criação de mais um Centro de Formalidades das Empresas, porque toda a fundamentação de V. Ex.^a, tudo aquilo que disse, tem por lógica, e é esse o caminho lógico e certo, a criação de um Centro de Formalidades das Empresas em Aveiro. Toda a sua argumentação termina nisto!

Já agora aproveito para dizer, Sr. Secretário de Estado, que falar de criação de empresas e de tecido empresarial da região centro e, depois, instalar o Centro de Formalidades das Empresas em Coimbra é não conhecer a região centro! O Sr. Secretário de Estado tem Leiria ou Aveiro para fazer essa instalação: nunca em Coimbra, permita-me que discorde, Sr. Secretário de Estado!

O Sr. José Junqueiro (PS). — Então, e em Viseu?

O Orador — Em Viseu, por exemplo, Sr. Deputado José Junqueiro! Mas o Sr. Deputado só fala de Viseu a reboque de outros Deputados, nunca toma a iniciativa!

Protestos do PS

Só a reboque de outros Deputados é que o Sr. Deputado José Junqueiro fala de Viseu, e isto já aconteceu ontem e volta a verificar-se hoje!

Protestos do PS

É verdade, Sr. Deputado! O senhor está preocupado com as questões de Lisboa e com a macropolítica, mas eu gostaria de o ver a defender estas questões!

Mas, Sr. Secretário de Estado, isto são questões laterais do Partido Socialista, sempre divido quanto à região centro e nunca se entendendo.

Sr. Secretário de Estado, não comprehendo por que é que V. Ex.^a fala na existência de uma ligação directa, em

rede, entre o Registo Nacional de Pessoas de Colectivas e as conservatórias do registo comercial em Aveiro, no Funchal. Por que é que o Sr Secretário de Estado não diz que se vai criar esta ligação directa, por exemplo Se vai criar mais um Centro de Formalidade das Empresas no Porto, isto é incompreensível, Sr Secretário de Estado!

Se já existe um Centro de Formalidades das Empresas no Porto e se o mundo empresarial e a capacidade de iniciativa existentes no distrito de Aveiro justificam a criação de um Centro em Aveiro, como o Sr Secretário de Estado já reconheceu, por que é que vai criar mais um Centro no Porto e não opta por criar um em Aveiro?

O Sr Secretário de Estado sabe, por exemplo, que existe uma associação industrial que já disponibilizou as instalações

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Hermínio Loureiro, faça favor de terminar, pois já esgotou o tempo regimental

O Sr Hermínio Loureiro (PSD) — Vou terminar, Sr Presidente

Portanto, Sr Secretário de Estado, como sabe, há instalações, há a disponibilidade, estão criadas todas as condições, só falta a vontade política do Governo socialista em criar este Centro de Formalidades das Empresas, mas fico com a consciência de que o Sr Secretário de Estado reconheceu, nesta Câmara, que o mesmo é bem preciso

O Sr José Junqueiro (PS). — Qual foi a pergunta?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr. Deputado António Pinho

O Sr António Pinho (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, pelo exposto, apesar de V Ex^a ter falado em critérios geográficos, etc., há de facto uma realidade que não se pode, de forma alguma, contornar, que é a de o distrito de Aveiro — e este está dividido entre o Centro de Formalidades das Empresas do Porto e o de Coimbra — ter registado, de acordo com os dados de 1998 fornecidos pela Associação Industrial do Distrito de Aveiro, mais empresas, somando as que foram criadas no Porto com as que foram criadas em Coimbra, do que o próprio distrito de Coimbra, que tem o seu próprio Centro. Ora, conhecendo como conhecemos o dinamismo industrial do distrito de Aveiro, o que está provado com números, pensamos que as razões expostas não justificam o facto de não haver um Centro de Formalidades das Empresas em Aveiro,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — até porque, aquando da criação do Centro de Formalidades das Empresas em Coimbra, segundo apurei, ficou consagrado que haveria uma extensão em Leiria e outra em Aveiro, o que não veio a verificar-se. No entanto, por aquilo que os números demonstram, não basta uma mera extensão, justifica-se a criação de um Centro de Formalidades das Empresas em Aveiro

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Rui Marqueiro

O Sr Rui Marqueiro (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, de facto, sei que há aveirenses que, colocados na estação da CP e na bonita Avenida Lourenço Peixinho, ao olharem para a direita só vêem o Porto e para a esquerda só vêem Coimbra. É um problema!

O Sr João Amaral (PCP) — E se olharem para trás vêem Viseu!

O Orador — Para Viseu não olham, porque não conseguem, Sr Deputado Penso que ninguém consegue ver para trás!

Risos

Sr Secretário de Estado, quanto tempo prevê necessário para ter pronta a tal ligação directa, em rede, entre o Registo Nacional de Pessoas de Colectivas e a conservatoria do registo comercial, de que nos falou, que, a meu ver, é o mais importante de toda esta questão?

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia. — Sr Presidente e Srs Deputados, como é óbvio, o Governo comprehende os pedidos de esclarecimento quer do Sr Deputado Hermínio Loureiro quer do Sr Deputado António Pinho, e nem sequer há, na minha exposição, um «fechar de porta» relativamente a Aveiro

No que diz respeito à vontade política, quero lembrar que foi este Governo, aliás o anterior, que criou os Centros de Formalidades das Empresas, respondendo a uma prioridade que era sentida. Na altura em que se avançou para a criação do Centro de Formalidades das Empresas da região centro, neste caso em Coimbra, houve, como referiu e bem, dois distritos que o desejavam simultaneamente Leiria e Aveiro. Foi necessário ouvir o Conselho Empresarial do Centro, o qual, sem facilidades, acabou por dar prioridade a Coimbra, devo dizer-lhe.

O Sr Hermínio Loureiro (PSD) — Como sempre!

O Orador — e foi por essa razão que o Centro de Formalidades das Empresas foi instalado em Coimbra, tendo em atenção a procura e os encargos avultados que um Centro desta natureza representa, que são, como eu já disse, da ordem dos 500 000 contos/ano e a necessidade imperiosa de ter entre 22 a 25 funcionários, pois tem de agregar o trabalho, a solidariedade, a justiça, as finanças, serviços no âmbito da reforma administrativa e algumas instituições bancárias, neste caso a Caixa Geral de Depósitos. Ora, isto leva a que as prioridades sejam

lisadas de uma forma muito firme, sem prejuízo, naturalmente, de vermos, com toda a atenção, as preocupações que expressaram. E muito sinceramente, devo dizer-lhe, não quero fechar as portas à pretensão que formulou.

Por outro lado, quero relevar que, tendo em atenção a importância do distrito de Aveiro, a terceira Loja do Cidadão, pois já foram abertas duas, uma em Lisboa e outra no Porto, será aberta em Aveiro e, inclusivamente, já foi deliberado em Conselho de Ministros a aquisição das instalações para se avançar. Portanto, isto releva bem a importância do distrito de Aveiro no conjunto das actividades económicas que desenvolve.

Ao Sr Deputado Rui Marqueiro quero dizer que o protocolo existente entre o Ministério da Economia, mais concretamente, entre o IAPMEI e o Ministério da Justiça, no caso a Direcção-Geral dos Registos de Notariado, para a institucionalização de uma ligação em rede com tudo o que seja conservatórias de registos comerciais já está feito e que a perspectiva de se avançar para todos os distritos vai ser rapidíssima. E quando é rapidíssima é mesmo rapidíssima, porque os mecanismos são muito mais fáceis, pois torna-se necessário apenas uma pessoa formada, o que é indispensável. Portanto, a curto prazo todos os distritos irão ter esta ligação directa com o Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, passamos à pergunta seguinte, que vai ser formulada pelo Sr Deputado Victor Moura, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a avaliação da execução e perspectivas do PAEDIR — programa de deslocalização industrial, e, quiçá, também ser respondida pelo Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia.

Tem a palavra, Sr. Deputado Victor Moura.

O Sr Victor Moura (PS) — Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, o Programa Específico de Deslocalização Industrial, o PAEDIR, do PEDIP II, consubstanciou expectativas e aspirações de instituições, de empresários, de autarquias, de populações do interior, que, há muitos anos, assistem à debandada e à desertificação das suas regiões. Mas a institucionalização deste programa foi, de facto, a confirmação de que havia uma nova política, um novo rumo e, sobretudo, uma nova visão destes problemas.

O distrito da Guarda foi um dos distritos contemplados com esta deslocalização e este programa. Este distrito vive fundamentalmente afectado pelo problema da instalação da monoindústria e pela prevalência do sector primário, que, enfim, se resume a uma agricultura de subsistência.

Assim, foi com alguma esperança que as populações do distrito da Guarda encararam este programa, sobretudo porque o viram consagrado como um novo espaço de oportunidades e de aproveitamento dos seus recursos, sobretudo os humanos, que são, ainda assim, a sua mais-valia.

O concurso aberto destinava-se a um sector apenas, ao do calçado e seus componentes, que, nos seus locais de origem e de instalação tradicional, está condicionado pela saturação e pela falta desses recursos humanos. E, portanto, eram exactamente estes os problemas que se procurava resolver e que poderia justapor-se às

dificuldades vividas no interior, onde se nota um subaproveitamento dos recursos e um fraco desenvolvimento.

A captação do investimento extra-regional é, de facto, uma necessidade premente, muito necessária e vivida com grande preocupação nesta região do interior.

A urgente dinamização das zonas rurais e a diversificação do tecido produtivo, numa parte do distrito, e a melhoria das condições de emprego, com mais e melhor emprego, com mais futuro e mais qualidade, noutra parte, que está, sobretudo, afectado pelo sector de lanifícios, que é tradicionalmente pobre e que não consegue captar as simpatias da juventude — e nos últimos anos verifica-se isso mesmo, que o sector de lanifícios é pouco atrativo para a fixação da novas gerações —, vem demonstrar a necessidade de este programa ser incrementado, fazendo-se, primeiramente, uma avaliação das condições como ele decorreu até agora.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Victor Moura, peço-lhe para formular a sua pergunta, pois já esgotou o tempo.

O Orador — Neste sentido, pergunto que avaliação faz o Governo, até ao momento, do PAEDIR e que futuro existe para ele?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia.

O Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia (Vitor Silva Santos) — Sr Presidente, Sr. e Srs Deputados aproveito esta minha primeira intervenção, na Assembleia da República, para saudar VV Ex. e para expressar o desejo de que a nossa colaboração futura seja o mais profícua possível, no sentido de assegurar as pré-condições para que, ao nível da formação das políticas, se prossiga com políticas cada vez mais eficazes, mais eficientes e também mais equitativas.

Quanto à questão formulada pelo Sr Deputado Victor Moura, devo dizer que o PAEDIR foi criado em 1998 como um instrumento de financiamento às empresas, exactamente para estimular a deslocalização das actividades produtivas para o interior do País, visando, essencialmente, a promoção de um desenvolvimento económico territorialmente mais equilibrado. E, nesta perspectiva, o PAEDIR procurou responder a diferentes valências ao nível do desenvolvimento económico e social em Portugal. O PAEDIR procura, por um lado, garantir a competitividade sustentada empresarial, nomeadamente numa óptica de médio e longo prazo, forçando, no fundo, as condições concorreliais das empresas, por outro lado, e simultaneamente, melhorar o ordenamento urbano e industrial, atenuando a pressão sobre o tecido urbano por parte do desenvolvimento empresarial, por outro lado ainda, estimular o desenvolvimento regional, favorecendo as oportunidades de investimento em zonas de menor desenvolvimento, como é o caso do distrito da Guarda, e, finalmente, mas não menos importante, incentivar a valorização de recursos humanos.

Assim, assumiu-se, por razões metodológicas, que esta acção deveria ter uma configuração do tipo projecto-piloto, sendo, por isso mesmo, concretizada através de acções-

-piloto de natureza assumidamente voluntarista, que foram promovidas por iniciativa do Governo, da Administração Pública

Como referiu, e muito bem, o Sr Deputado Victor Moura, dado o sector do calçado apresentar características de forte concentração em regiões industrializadas, onde havia uma forte pressão ao nível do mercado de trabalho caracterizada pela escassez de mão-de-obra qualificada, considerámos, ao nível do Ministério da Economia, que este sector tinha as características propícias e conducentes ao desenvolvimento de um projecto-piloto. Foi exactamente por isto que o sector do calçado foi seleccionado para o desenvolvimento do projecto-piloto.

De resto, dando continuidade e substância a uma política que privilegia as parcerias e as responsabilidades partilhadas com agentes económicos e sociais, deve referir-se ainda que esta iniciativa resultou de uma parceria muito estreita entre o Ministério da Economia, através do Gabinete de Estudos do PEDIP e do IAPMEI, e a APICCAPS, que é, como sabem, a associação sectorial do calçado e que desenvolveu em todo este processo um trabalho de estreita parceria com o Ministério da Economia.

Quanto à avaliação que, neste momento, se pode fazer a nível da execução do PAEDIR, deve salientar-se que os resultados são extremamente expressivos.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que sintetize a sua resposta, pois já esgotou o tempo regimental.

O Orador — Vou sintetizar. Sr Presidente

Houve um concurso, que decorreu em 1999, onde foram aprovados 25 projectos, dos quais 22 diziam respeito à criação de novas empresas, correspondendo à criação de 1400 postos de trabalho, a investimentos na ordem dos 7,3 milhões de contos e a incentivos de 3,5 milhões de contos. Refira-se ainda — e damos esta informação por nos parecer extremamente relevante — que está previsto um volume de formação total de cerca de 1 milhão de horas, abrangendo cerca de 1000 formandos.

Na sequência e para concluir a resposta à questão que foi formulada pelo Sr Deputado Victor Moura, gostaria ainda de dizer que, em termos de futuro, dado o impacto desta iniciativa e da avaliação positiva que fazemos da execução do PAEDIR, este projecto vai ter continuidade ao nível do programa operacional de economia.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Informo o Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia que excede em 2 minutos o tempo de que dispunha, os quais ser-lhe-ão descontados no tempo regimental para resposta aos pedidos de esclarecimentos adicionais.

Informo a Câmara que, para pedir esclarecimentos adicionais, estão inscritos os Srs Deputados Victor Moura e Bernardino Soares.

Tem a palavra o Sr Deputado Victor Moura, dispondo, para o efeitos, de 2 minutos.

O Sr. Victor Moura (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia, o distrito da Guarda está englobado e abrangido por dois programas de desenvolvimento, o PROCOA e o PROESTRELA, que não

cobrem apenas um dos concelhos, o de Aguiar da Beira.

Por outro lado, a extensão da rede de gás natural ao distrito da Guarda, também decidida pelo Governo, que, ao contrário do que pretendia o anterior governo, extravasou do litoral, estendendo essa rede para o interior, no sentido de não alargar ainda mais o fosso que separa o interior do litoral, veio criar, de facto, novas condições para serem recebidas novas empresas.

No âmbito desta primeira fase do PAEDIR destinada ao distrito da Guarda, houve, de facto, três empresas, uma no concelho de Trancoso e duas no concelho de Meda. A empresa sita no concelho de Trancoso está em fase de instalação e de formação dos seus trabalhadores, porém, as empresas previstas para o concelho da Meda nunca chegaram a instalar-se. Ora, a questão que coloco é no sentido de saber para quando está previsto a abertura de novo concurso, que sectores irá abranger, se já é possível saber-se, e quais as razões que motivaram a não instalação dessas duas empresas no concelho da Meda.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, tivemos aqui uma extensa elaboração, quer da parte da bancada do Partido Socialista, quer da parte do Governo, sobre as virtudes deste programa para o distrito da Guarda, mas é preciso ter alguma cautela ao ouvir estes discursos, tendo em conta os antecedentes que, nesta matéria, existem.

Para o interior e nomeadamente para o distrito da Guarda, são já muitos os programas que este e o anterior governos têm trazido a público, no sentido de resolverem imensos problemas, quer no sector têxtil, quer em outros sectores, e que acabaram por se traduzir, na maior parte das vezes, num logro muito grande para os trabalhadores e para as populações daquele distrito que em tanto dependem dos muitos postos de trabalho que foram sendo eliminados ou postos em causa. O próprio Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia referiu-se a este programa como um programa de acções-piloto de natureza voluntarista, o que é de facto muito tranquilizador para o futuro daqueles que possam vir a confiar nestas acções-piloto, para os postos de trabalho, pelos vistos precários ou muito precários, que foram criados com base neste programa. Portanto, isto obriga a que perguntemos estes postos de trabalho, criados no âmbito deste programa, são apenas um adiamento do desemprego ou são, de facto, postos de trabalho com durabilidade e certeza, constituindo deste modo um instrumento de combate ao desemprego?

Por outro lado, é preciso pôr em causa os números que o Sr Secretário de Estado aqui nos trouxe. Pelos vistos, dos 25 projectos aprovados, 22 dizem respeito à criação de novas empresas, mas, pelo menos no distrito da Guarda, duas não chegaram a instalar-se. E nos outros concelhos, como é que foi? Afinal, destes 25 projectos, quantas empresas é que verdadeiramente se instalaram e quantas é que nunca chegaram a funcionar? A mesma pergunta se faz em relação aos postos de trabalho e às horas de formação criadas, que, nesta matéria, também poderão ser postos em dúvida.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia, dispondo, para o efeito, de 8 minutos, mas, se puder ser mais breve, a Mesa agradece

O Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia — Sr. Presidente, quanto à questão formulada pelo Sr. Deputado Víctor Moura, gostava de dizer que, de facto, confirma-se que no distrito da Guarda ocorreu a deslocalização de três empresas, uma para Trancoso e duas candidaturas que se destinavam ao concelho da Meda, mas estas últimas desistiram

No entanto, devo salientar, Sr Deputado Bernardino Soares, que as empresas que se candidataram à localização na Meda, foram de facto as únicas que desistiram

O Sr Bernardino Soares (PCP) — São só 23!

O Orador — Portanto, dos 25 projectos que, inicialmente, foram aprovados, 23 conduziram a um processo de contratualização e houve duas empresas que desistiram e que, por coincidência, tinham a sua orientação de deslocalização para o concelho da Meda

A avaliação que fazemos de um programa que tinha a natureza de projecto-piloto e que, como tal, tinha de ser trabalhado é a de que, com base nele, se pretendia essencialmente recolher a experiência a pensar no futuro, a pensar em outros programas. E foi por isto que seleccionámos um sector que, pelas suas características, reunia as condições para ser uma experiência de sucesso, como aconteceu. Do facto de, no contexto de um projecto-piloto, terem sido apenas aprovados 25 projectos, não se pode inferir que tenha havido qualquer espécie de insucesso; pelo contrário, foi uma opção de natureza estritamente metodológica no sentido de, a partir da avaliação dos resultados destes 25 projectos, se proceder a um balanço para, depois — como vai ser o caso, agora, no contexto do programa operacional da economia —, se procurar generalizar este tipo de iniciativas.

Relativamente às duas empresas candidatas à localização no concelho da Meda, gostaria de dizer que, apesar da resistência dessas empresas em prosseguirem a execução do projecto de investimento, houve uma postura voluntarista da parte do Ministério da Economia e, em particular, do IAPMEI no sentido de criar todas as condições para que elas conduzissem, com sucesso, a acção de investimento. Mas tal não foi possível apesar das insistências do IAPMEI, que, pelo menos no caso de uma das empresas, procurou promover, através da PME — Investimentos, o complemento necessário ao nível da dotação de capital da empresa.

Portanto, nestes dois casos, e dado que se tratava de uma acção-piloto, houve um tratamento personalizado das empresas, protagonizado pelo IAPMEI, no sentido de se criar as pré-condições para que as duas empresas em apreço levassem avante, com sucesso, o processo de deslocalização.

De qualquer maneira, apesar destas duas desistências, a avaliação que fazemos neste momento — e já, há pouco, dei dados disto mesmo —, a avaliação preliminar, é extremamente positiva. Como vos disse, foram contratualizados 23 projectos, foram criados 1400 postos de trabalho, e estamos certos de que são sustentáveis no

tempo, foi promovido um investimento da ordem dos 7,3 milhões de contos e foram concedidos incentivos de aproximadamente 3,5 milhões de contos.

Foi por fazermos uma avaliação positiva do lançamento deste programa que, no contexto do programa operacional de economia e de uma medida designada «fomentos de novos espaços de aumento económico», vamos dar continuidade a este tipo de projectos, e, desta feita, com dois objectivos complementares:

Apoiar projectos de investimentos relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial — as chamadas ALE —, que são espaços privilegiados para explorar a localização de actividades económicas, particularmente nos domínios da indústria, dos serviços de apoio à produção, montagem ou distribuição, de infra-estruturas comuns nas áreas da produção e distribuição de energia, do tratamento de efluentes de resíduos, bem como de infra-estruturas ou apoios nas áreas da higiene e da segurança.

As ALE são, do nosso ponto de vista, qualquer coisa que pode contribuir decisivamente para a alteração da paisagem industrial neste país, dando contributos decisivos em termos de ordenamento do território do País.

Para além de promover a deslocalização das empresas, dando continuidade ao PAEDIR, também vamos criar espaços próprios, espaços que sejam atractivos para as empresas, no sentido de acolher as empresas que procuram deslocalizar-se para zonas que sejam mais propícias, seja ao nível da qualificação e da dotação de recursos humanos, seja do ponto de vista ambiental.

Portanto, no contexto do programa operacional de economia, vamos apoiar não apenas a deslocalização industrial como a criação de espaços de acolhimento para as empresas, espaços de acolhimento que não tenham as características que têm hoje em dia as zonas industriais ou, até, os parques industriais. Pretendemos criar zonas atractivas, sobretudo no interior do País, ao nível do acolhimento de empresas que procurem deslocalizar-se de zonas de grande pressão quer de natureza ambiental quer de mercado de trabalho — o que acontece, nomeadamente, no litoral do País, nas zonas de maior desenvolvimento económico.

No fundo, o que se pretende é promover a deslocalização dessas empresas para o interior do País, onde existe uma maior dotação de recursos humanos e uma menor pressão sobre os recursos naturais e ambientais.

Aplausos do PS

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimentos, vamos passar à pergunta seguinte, sobre a instalação de uma incineradora em Alcochete destinada a eliminar material de guerra obsoleto, que será formulada pela Sr^a Deputada Heloísa Apolónia, do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», e respondida pelo Sr Ministro da Defesa Nacional.

Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Ministro da Defesa Nacional, há uns meses atrás, foi

tornada pública a intenção de o Governo instalar uma unidade para desmantelar e eliminar munições obsoletas, processo que parecia avançar sem que a população e a autarquia dele tivessem conhecimento. O certo é que, durante alguns meses, o próprio Ministério da Defesa Nacional, perante as notícias que foram tornadas públicas, estava perfeitamente silenciado, no que diz respeito a esta questão, e nada informava.

A verdade é que não estamos perante um processo qualquer, estamos perante um processo que tem implicações sérias em termos de saúde pública e de qualidade ambiental, pelo que eram e são perfeitamente legítimas as preocupações levantadas pelas populações e pela autarquia quanto a esta matéria. O certo é que ninguém queria ser confrontado com um facto consumado, e tudo indicava que seria isso que iria acontecer.

Ora bem, no final de Dezembro, o Ministério da Defesa Nacional respondeu, finalmente, às solicitações de informação feitas pela autarquia, nomeadamente pela Câmara Municipal de Alcochete, confirmando a instalação dessa unidade, e também em finais de Dezembro a empresa IDD fez uma sessão de esclarecimento, confirmando o mesmo. Porém, apesar destas duas informações, subsistem ainda muitas dúvidas e questões que urge esclarecer relativamente ao processo e à instalação em causa.

É precisamente nesta primeira fase da minha intervenção que desejo colocar algumas destas dúvidas e preocupações ao Sr. Ministro, para que me fossem respondidas com clareza.

Para começar, gostava de saber — desde o afundamento do famigerado navio São Miguel — o que foi feito relativamente à destruição deste tipo de material. Quais os métodos possíveis para desmantelar e eliminar este tipo de material, Sr. Ministro?

Sr. Ministro, para o caso concreto em que se prevê a instalação daquela unidade em Alcochete, afinal, que métodos de eliminação, de entre os possíveis, estão previstos? Fala-se da câmara de detonação, mas a empresa IDD, na dita sessão de esclarecimentos, também confirmou o processo de incineração relativamente a esta matéria.

Por outro lado, a serem, eventualmente, estes os métodos de eliminação, o que é que está previsto em termos de eliminação das escórias e dos resíduos que advêm da utilização potencial destes métodos? É que, na dita sessão de esclarecimento, a empresa veio afirmar algo perfeitamente absurdo e impensável, isto é, veio afirmar que só após a entrada em funcionamento do sistema é que seria possível analisar o produto resultante do tratamento, bem como os métodos possíveis da sua eliminação.

Por fim, Sr. Ministro, que material se pretende desmantelar e eliminar e que quantidades, exactamente, é que estão em causa?

Gostava que o Sr. Ministro me pudesse fornecer esta informação precisa, bem como me respondesse concretamente às demais perguntas que formulei.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional (Júlio Castro Caldas) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Começo por informar a

Câmara de que o Ministério da Defesa Nacional já respondeu, por escrito e com todo o detalhe, à totalidade das questões que a Sr. Deputada Heloísa Apolónia me acaba de colocar, mas, porventura, admito que a Sr. Deputada ainda não esteja na posse dessa informação.

Já que a Sr. Deputada falou no incidente do navio São Miguel, devo dizer que Portugal estava confrontado com um problema, problema esse que não permite soluções de improviso para que não se repitam fracassos, como o que acaba de referir, e coloquem em risco as vias de comunicação ou o próprio ambiente marinho. Mas, para esse problema existe uma solução, que é aquela que o Ministério da Defesa Nacional construiu, estando o Ministério, obviamente, aberto, no caso de existirem, a soluções, porventura, mais vantajosas, a analisá-las e a decidir racionalmente.

Contrariamente às notícias que a Sr. Deputada revela, os órgãos de comunicação social construíram, neste caso, a ideia de que existe uma central de incineração. Não existe uma central de incineração mas, sim, uma câmara de detonação e, a seguir a este processo de detonação, existem múltiplos meios eficientes de controlar quer a produção gasosa quer o produto final — e iremos, subsequentemente, analisar o resultado final.

O objectivo de efectuar esta desactivação de munições tem como acção prioritária destruir isto, Sr. Deputada.

Neste momento, o Sr. Ministro da Defesa exhibe um exemplar de uma mina

e existem 184 000 minas, que é o produto mais devastador que alguma vez assolou os teatros de guerra.

O Sr. José Penedos (PS) — E é desmontável?

O Orador — Não é desmontável. Os Srs. Deputados podem estar sossegados, é um inerte.

Risos do PS

Mas depois de retirada esta pequena peça da mina, não há nada a fazer.

O Sr. João Amaral (PCP) — Nunca se sabe!

O Orador — Não há nada a fazer! Só se pode eliminar detonando, não há outros métodos conhecidos.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Ministro, espero que essa mina tenha sido devidamente desactivada antes de entrar para o Parlamento!

Risos.

O Orador. — É um inerte. Srs. Deputados. Mas é assim, é leve e transporta-se.

A eliminação deste quantitativo, por parte de Portugal, decorre de compromissos convencionais estabelecidos. Alguns Deputados não saberão o que significa a «Operação Nô Górdio», mas estou a falar de material que está em Portugal desde essa época.

O Sr. João Amaral (PCP) — Desde 1972!

O Orador — Exactamente, Sr. Deputado! Esse material está em Alcochete e não é para mexer, porque o risco de o tirar de lá é muito superior a tudo o resto que possa existir

Os Srs. Deputados também devem saber que, neste trabalho, há, porventura, operações mais simples de executar que não seja o da detonação, como é o caso da desmontagem de munições obsoletas — e como algumas delas são de 1942 têm processos mais simples, do ponto de vista tecnológico, de proceder ao seu desmonte, ainda que com enorme complexidade técnica .

O Sr. João Amaral (PCP). — Também têm componentes químicos?

O Orador — Não, não estamos a falar disso, de maneira alguma!

O Sr. João Amaral (PCP): — Não há o napalm?

O Orador. — Nada! Mas o Sr. Deputado também pode ficar a saber que naquelas instalações, naquele preciso sítio, na década de 80, processou-se o maior volume de produção de armamento que alguma vez se produziu na história de Portugal, armamento esse que alimentou a guerra Irão/Iraque. Tudo se passou naquele mesmo sítio!

Portanto, não estamos a falar das mesmas coisas .

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Sr. Ministro, peço-lhe que sintetize a sua intervenção, uma vez que já ultrapassou o tempo de que dispunha

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Ora bem, com a criação desta unidade pretende-se ter uma solução tecnicamente correcta do problema de eliminação dos excedentes e dos existentes, abolindo, por indesejável e impraticável, o recurso a processos expeditos, mas com experiências recentes que atestam como inaceitáveis

A instalação, toda ela, está pensada e executada em conformidade com as directivas europeias sobre esta matéria, tem comissões de acompanhamento, tem controle do respectivo ministério, que tem obrigação de acompanhar este processo, a Direcção-Geral de Resíduos também acompanha o licenciamento e não é um processo terminado, é um processo que está em curso, é um processo que tem soluções tecnológicas, que no final libertará um produto sólido, porventura, do tamanho de uns tijolos pequenos, que necessita de ter uma resposta adequada para o seu acondicionamento

É intenção do Ministério da Defesa tomar também em consideração essa necessidade de construir os silos necessários para acondicionar esse produto, visto que, neste domínio, toda a segurança é absolutamente essencial

A Sr.^a Deputada pede-me números Estamos a falar de um volume da câmara de detonação de 1 m³

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — E os resíduos?

O Orador. — É uma questão que não está estudada. É evidente que me poderão dar uma resposta e até podemos exportá-los, mas não é o caso. Julgo que o Ministério da Defesa Nacional tem obrigação de, em conjunto com o

Ministério do Ambiente, encontrar uma solução que seja tecnologicamente adequada para responder a esta dificuldade que é nacional

Sr.^a Deputada, estamos a falar, repito, do volume de uma câmara de detonação que tem 1 m³, estamos a falar de uma capacidade máxima da câmara de detonação de 20kg/hora de TNT, estamos a falar de uma capacidade média de processamento limitado a cerca de 10kg/hora, por razões relativas à duração dos processos no interior da câmara, estamos a falar de ausência de emissões gasosas adicionais, dado o aquecimento da câmara ser eléctrico, e da existência de componentes e processos necessários para garantir a obediência às exigências ambientais e fazer a monitorização de todo o conjunto

A dimensão do conjunto da instalação é de 20mx14m; é uma pequena betoneira, blindada, obviamente, e a dimensão da unidade de detonação é de 2,5mx2,5m

A embalagem e o encaminhamento dos resíduos finais — e, Sr.^a Deputada, como lhe disse, terei todo o gosto em vir a esta Câmara discutir esse modelo — não está ainda devidamente resolvido, porque é um problema nacional, é um problema do instituto de resíduos, e o que teremos é um planeamento na execução desta instalação que permitirá ter atempadamente resolvida essa questão, por forma a que não exista qualquer espécie de risco

Não há poluição sonora, o ruído é o de uma pipoqueira; não há emissão gasosa e não há perda de fluxos aquíferos nem infiltrações

O Sr Presidente (Mota Amaral) — O Sr. Ministro gastou 4,5 minutos a mais, que serão descontados no tempo que terá para responder aos pedidos de esclarecimento adicionais que lhe serão solicitados pelos Srs. Deputados Heloísa Apolónia, Lucília Ferra, Natalina Moura e Joaquim Matias

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr. Ministro Em primeiro lugar, V Ex.^a falou na informação que já foi prestada mas esse dossier não nos chegou. Como o Sr. Ministro sabe, dirigimos um requerimento sobre esta matéria ao Ministério da Defesa, o qual não foi respondido, o que nos levou a manter e a insistir no agendamento desta pergunta para uma sessão de perguntas ao Governo

O Sr. Ministro garantiu que não vai haver método de incineração, ao contrário da informação que a empresa prestou na dita sessão de esclarecimento Prefiro confiar no Sr. Ministro e espero que V. Ex.^a dê aqui a sua palavra de que não vamos avançar nesse sentido, porque estamos a falar de questões de saúde pública e de qualidade ambiental numa zona com características extremamente sensíveis e, portanto, não estamos a falar de um método qualquer nem tão-pouco da eliminação de um material qualquer, como o Sr. Ministro aqui deixou bem claro. Estamos a falar de material que implica questões de segurança extremamente acentuadas

Aquilo que gostava, nesta segunda fase, de lhe solicitar — para além do dossier de informação que V. Ex.^a disse que já entregou mas a que eu ainda não tive acesso — era que o Sr. Ministro me fornecesse ou me desse indicação dos estudos que foram feitos no sentido da garantia dessa mesma segurança e de que o único método de eliminação

possível é, de facto, a detonação, de entre os métodos existentes

Por outro lado, registo aquilo que o Sr. Ministro referiu relativamente ao que chamou de produto final da detonação e ao seu acondicionamento e, posteriormente, assim que o seu Ministério tiver informação sobre a matéria, em conjugação com o Ministério do Ambiente, gostava de ter informação sobre a forma e os locais de acondicionamento destas escórias e destes resíduos/produto final

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Sr.^a Deputada, faça favor de terminar Já ultrapassou o tempo de que dispunha

A Oradora. — Termine já, Sr Presidente

Por outro lado, gostava de saber se vai haver alguma comissão de acompanhamento relativamente à instalação desta unidade e se a autarquia, nomeadamente, a Câmara Municipal de Alcochete, fará parte dessa comissão de acompanhamento, como parece perfeitamente legítimo.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Matias

O Sr Joaquim Matias (PCP) — Sr. Presidente. Sr. Ministro: Em primeiro lugar, é lamentável que ainda haja equipamento desse há tanto tempo armazenado no nosso país e não está, de forma alguma, em causa a imperiosa necessidade de o destruir urgentemente. Naturalmente que isso terá de fazer-se pelo processo mais correcto e, de entre diferentes processos possíveis, os especialistas indicarão qual o que deve ser utilizado

Mas a questão que queríamos levantar prende-se com o porquê daquele local. Naturalmente que esse equipamento terá de ser destruído no território nacional e escolheu-se, para o efeito, um local encostado à zona de protecção especial do estuário do Tejo e encostado a uma zona de protecção especial das aves bravias, determinada pela Comissão Europeia, com uma população que, pelo facto de ter nas proximidades uma ponte, foi proibida de ter autonomia sobre a gestão do seu território, onde não foi possível instalar um aeroporto por questões ambientais e onde vai agora instalar-se uma fábrica dessas.

Esta população, legitimamente, tem direito a saber se foram tomadas as providências necessárias, isto é, se há estudos de impacte ambiental sobre o que vai acontecer naquela zona e, mais, além de ter sido impedido o seu acesso à informação, porque foram os últimos a saber o que se passava e só pela comunicação social é que tiveram conhecimento, esta população que tem o direito de participar no acompanhamento de todo o processo, o que me parece não ser do agrado, pelo menos, da empresa que vai fazer o desmantelamento

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lucília Ferra

A Sr.^a Lucília Ferra (PSD) — Sr Presidente, Sr. Ministro da Defesa Nacional: O Partido Social Democrata também tem acompanhado este processo com particular apreensão e também nós, em Novembro de 1999, fizemos um conjunto de solicitações ao Ministério da

Defesa Nacional e ao Ministério do Ambiente que até hoje não teve qualquer resposta

Portanto, o Sr. Ministro diz que já respondeu mas também a bancada do Partido Social Democrata desconhece a quem o Governo respondeu

De qualquer maneira, temos acompanhado com preocupação esta questão e mais apreensivos ficámos quando lemos recentemente na comunicação social, em Dezembro de 1999, que os resíduos produzidos só seriam analisados após a entrada em funcionamento do sistema de desmilitarização, bem como o seu destino final. Ora, isto veio, de facto, trazer-nos maiores dúvidas, uma vez que nos parece que o processo está a ser assumido com alguma ligeireza

Aquilo que nós, Partido Social Democrata, gostaríamos de ver clara e inequivocamente explicado é quais os estudos técnicos e ambientais que os Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente fizeram que levam à conclusão de que esta solução será a melhor solução para o tratamento desse material de armamento militar e também porquê a escolha do concelho de Alcochete, que, como o Sr. Deputado do Partido Comunista aqui referiu e bem, é uma zona particularmente sensível, que tem várias reservas ecológicas, sendo uma zona em que existem grandes limitações ao uso do solo por parte das populações da autarquia e na qual, aparentemente, o Governo decidiu não construir o novo aeroporto também por motivos ambientais

Portanto, parece-nos que há um enorme contra-senso em toda a forma como o Governo vai gerindo os vários dossiers, havendo contradições inequívocas eventualmente insanáveis

Gostaríamos, pois, de ter conhecimento dos estudos técnicos e ambientais e das motivações relativas à opção pelo concelho de Alcochete

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Natalina Moura, para um pedido de esclarecimento adicional

A Sr.^a Natalina Moura (PS) — Sr Presidente, Sr. Ministro: estamos a falar de um material perigoso, minas antípessoais, material que nenhum de nós quer ver espalhado por aí e todos queremos que seja rapidamente eliminado

Muitas das questões que gostaria de ter colocado já foram respondidas, e bem, mas há uma dúvida que ainda subsiste e sobre a qual gostaria de questioná-lo

Está todo o material depositado no Alto Estandarte ou haverá material adicional a circular? Em caso afirmativo, quais são as medidas que vão ser tomadas no sentido de prevenir eventuais acidentes devidos a essa circulação?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional

O Sr. Ministro da Defesa Nacional — Sr Presidente, desta vez, espero obedecer à disciplina do tempo que me é reservado

Começo por dizer aos Srs. Deputados que me questionaram que o ofício que veio dirigido ao Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares saiu do meu ministério no dia 3 de Janeiro

O Sr Joaquim Matias (PCP) — Nós também ainda não recebemos resposta!

O Orador — Porventura, ainda não foi distribuído, mas os Srs. Deputados poderão ter acesso a ele

Respondendo agora à Sr^a Deputada que pretendeu pôr na minha boca uma expressão que poderá não ter sido suficientemente correcta, digo-lhe que, obviamente, há incineração. Há uma câmara de detonação e, depois, há uma outra câmara de pós-combustão e é por isso que há resíduos; caso contrário, não haveria. Segue-se o tratamento dos gases, que, obviamente, tem lamas que se transformarão em resíduos sólidos, e há cinzas e escórias que vão ser compactadas.

Sr^a Deputada, o que está previsto está num papel a que a senhora certamente teve acesso porque foi fornecido, em sessão aberta, aos meios de comunicação social e à Câmara Municipal de Alcochete.

Portanto, colocada a questão nesse pé — e porque ainda temos um problema para resolver que é o da acomodação do produto final —, não faria sentido estarmos aqui a discutir se, efectivamente, o processo não fosse este.

Perguntaram-me porquê Alcochete. Respondo aos Srs. Deputados e aos ambientalistas, que têm essa preocupação desde que existe o polígono em Alcochete, dizendo-lhes que a fauna e a flora têm aumentado e melhorado e, efectivamente, o facto de o polígono ali estar localizado é que tem contribuído para que aquela zona seja um cenário de protecção ambiental.

Ora, não é pelo facto de termos uma pequena câmara de detonação, que não faz ruído, cujo funcionamento não implica qualquer libertação de agentes gassosos significativos nem quaisquer processos sobre os quais possa dizer-se que implicam infiltração insidiosa ou contaminação, que vai dizer-se que este processo contribuirá para agravar a segurança das populações. A povoação de Alcochete situa-se a 9 km de distância da instalação! Os requisitos normativos de distância da instalação às redes viárias estão escrupulosamente garantidos.

Quanto à questão que me foi colocada relativamente à escolha do processo, respondo que este é já um caminho de harmonização daquilo a que pode chamar-se os modelos de equipamentos militar.

Como é óbvio, há concorrentes preteridos neste concurso, os quais propunham outras metodologias, e grande parte do «ruído» que circula em torno desta matéria é obra de alguns agentes. Ora, os Srs Deputados, que são co-autores políticos nos processos de decisão de questões tão essenciais como estas, têm obrigação de saber que existem contradições de interesses neste processo, quanto ao modelo que foi escolhido para a câmara de detonação, entre os concorrentes preteridos e os que, porventura, estão interessados em que o polígono de Alcochete seja destinado a blocos de cimento armado para construção urbana e a consequente destruição da paisagem.

Portanto, Srs Deputados, esta instalação é construída num sítio que já existia, onde está a localizada a grande generalidade dos depósitos de material obsoleto que tem necessidade de ser desmantelado e desminado, não criando riscos à circulação, não existindo qualquer espécie

de perigosidade para a circulação viária que se processa no limite do polígono.

Passo à última pergunta, a mais difícil, à qual não me recuso a responder, e que versa matéria que os Srs Deputados também têm obrigação de saber.

Há material militar obsoleto que necessita de ser desmontado e que tem de ser transportado, operação de grande melindre e de grande perigosidade. Obviamente, essas operações de transporte, que terão de ser feitas de acordo com o saber técnico militar de ressalva, poderão, inclusivamente, obrigar a que os percursos de transporte levem ao encerramento das vias de comunicação sempre que se processem esses transportes. Mas, como sabem, a localização desta instalação não implica a circulação desses transportes pelo interior de Alcochete nem, porventura, poderá ocasionar episódios como aquele que aconteceu quando se fez o transporte de material militar para o S. Miguel, em que deflagrou um incêndio numa viatura de transporte quando esta circulava numa ponte, situação que teremos de evitar a todo o custo que volte a acontecer.

Srs Deputados, julgo que respondi a todas as questões que me foram colocadas. Estou inteiramente à disposição para dizer-vos que a comissão de acompanhamento certamente prestará a esta Câmara todas as informações existentes, sendo certo que, ao contrário do que disse a Sr^a Deputada do Grupo Parlamentar do PSD, não haverá qualquer tipo de imprevisão nem qualquer improvisação neste modelo, porquanto existe um *timing* de construção e de entrada em funcionamento da instalação que permite perfeitamente configurar o desenho do que julgo que é a política do meu ministério, que é considerar que a solução do depósito destes materiais altamente perigosos tem de ser enquadrada no domínio estrito do Ministério da Defesa Nacional, porque, porventura, ainda existem algumas armas químicas que necessitam igualmente de ser acondicionadas.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, sobre quais as medidas que o Governo pretende tomar no combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar, que vai ser formulada pelo Sr Deputado David Justino, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. David Justino (PSD) — Sr Presidente, Sr^a e Srs Deputados, Sr^a Secretária de Estado. Os problemas decorrentes das elevadas taxas de abandono e de insucesso escolares são de todos conhecidos e estou convencido que todos estamos conscientes das graves consequências que essa realidade projecta para o futuro da sociedade portuguesa.

Não se trata apenas de números, trata-se do mais rico e decisivo potencial de desenvolvimento do nosso país, que poderíamos designar, de forma um pouco tecnocrática, por capital humano, mas que prefiro designar, de forma mais simples, pelas gerações que farão o futuro de Portugal.

Por isso, nunca será demais a preocupação que desejamos manifestar pelos milhares de jovens que todos os anos abandonam as suas escolas, pelos milhares de

jovens que, por diversas razões, não encontram no sistema de ensino a razão de ser do seu e do nosso futuro.

De pouco servirão as medidas de combate ao trabalho infantil ou de prevenção e combate da delinquência juvenil, que, como todos nós sabemos, começa a atingir proporções até agora desconhecidas. Está, em grande parte, no crescente insucesso da função socializadora da escola a raiz destes problemas.

Temos uma escolaridade obrigatória, mas tenhamos a coragem de reconhecer que a mesma só existe na lei, porque, na prática, ela é minada por uma frequência facultativa.

Dos dados relativos a 1995 concluímos que a taxa de abandono acumulada nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico rondava os 22%. Os dados relativos ao ano lectivo de 1996-1997 permitem inferir que essa percentagem terá sido acrescida de, pelo menos, seis pontos percentuais. A manter-se este ritmo, poderemos estimar que, no final do ano lectivo em curso, um terço dos alunos matriculados abandonará o seu trajecto educativo entre o 5.º e o 9.º ano.

A estes, teremos de acrescentar os que abandonaram ao longo ou no final do 4.º ano e aqueles que, sendo retidos pelo sistema, lá vão porfiando até que um professor caridoso ou uma revisão curricular menos exigente transforme em sucesso a teimosia ou a falta de perspectivas que esta sociedade lhes promete mas não dá.

Se falarmos do secundário, o panorama não se revela melhor. Mais de metade dos alunos reprovam nos exames do 12.º ano. Uma grande parte deles devido ao insucesso em disciplinas tão fundamentais como a matemática, a física, a química ou o português.

Por último o ensino superior. Não obstante a falta de sistematização e comparabilidade das taxas de reprovação e abandono, poderemos facilmente concluir e constatar que em muitas faculdades deste país atingem-se níveis superiores a 50%.

Este Governo, como os anteriores, consideraram nos seus programas o combate ao abandono e ao insucesso escolar. Desenvolveram-se os projectos de gestão flexível dos *curricula*, criaram-se os territórios educativos de intervenção prioritária, reorganizou-se o ensino recorrente, promoveram-se os apoios pedagógicos acrescidos. Quais foram os resultados? Estão já à vista aumento do abandono e do insucesso escolares em todos os níveis do sistema de ensino, retrato, a preto e branco, de uma falência anunciada da política educativa do anterior governo.

Por tudo isto, impõe-se perguntar ao Governo que fazer com este problema, que se avoluma sem que se perspective qualquer contenção. Que fazer desta política experimental, que continua a fazer dos nossos jovens cobaias do pedagogismo pós-modernista, sem que se vislumbre um futuro mais esperançoso? Vamos continuar com medidas que já se revelaram completamente ineficientes?

Espera o Governo, com mais uma revisão curricular, com redução do horário lectivo e um abaixamento dos níveis de exigência, sarar ferida tão profunda?

Retenho uma ténue esperança de ouvir um não a estas perguntas. Anseio que uma lufada de ar fresco e de medidas inovadoras possam dissipar as preocupações de todos nós.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Educação

A Sr.ª Secretária de Estado da Educação (Ana Benavente) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado David Justino, os dados que apresentou relativos a 1995 foram e são a causa da nossa preocupação. Como provavelmente sabe, desde os anos 70 que trabalho sobre insucesso e abandono escolar e sempre considerei ser esse um dos problemas fundamentais da nossa escola e, desde logo, gostava de lhe dizer que as medidas estruturais, institucionais, pedagógicas e sociais que têm vindo a ser desenvolvidas não são passíveis de avaliação num só ano. Todos os que trabalham em educação sabem que assim é.

No entanto, não partilho do seu pessimismo e vou citar apenas o exemplo dos territórios educativos de intervenção prioritária, ou seja, o trabalho conjunto entre todos os ciclos da escolaridade básica em territórios social e culturalmente difíceis, onde as pessoas têm vidas árduas, onde há problemas de diversa natureza e onde a escola tinha, tradicionalmente, péssimos resultados. Posso dizer-lhe que, neste momento, na maior parte dos territórios educativos não há praticamente abandono escolar e as taxas de sucesso são muitíssimo elevadas, ultrapassando os 85%.

Portanto, os sinais que temos em relação à maior parte das medidas tomadas são resultados lentos, como é natural quando se pretende conseguir aprendizagens e não apenas resultados formais, mas são resultados seguros.

Gostava de lhe dizer que, para além dos territórios educativos, os *curricula* alternativos, que tanta tinta fizeram correr no momento em que foram adoptados e que constituem, para muitos jovens, a última resposta quando estão à beira do abandono, também têm apresentado resultados muito positivos e têm permitido reconquistar, se assim posso dizer, milhares de jovens para a escolaridade obrigatória.

Gostava igualmente de referir aqui os cursos de educação/formação que têm permitido oferecer a jovens que não completaram o 9.º ano ou que tendo-o completado, não têm projecto profissional, a possibilidade de uma transição para a vida activa com sucesso, o qual é muito elevado nestes cursos de educação/formação.

Quanto ao programa 15/18 anos — os jovens, anteriormente, até 1995, quando faziam 15 anos passavam a estudar à noite e todos sabíamos que se eles já não tinham sucesso durante o dia à noite tinham ainda piores condições —, aquilo que temos feito é abrir turmas que permitem acompanhar esses jovens com um trabalho de educação e formação integrado e também aí os resultados são positivos.

Finalmente, em relação à revisão curricular, gostava de lhe dizer que esta não é uma revisão menos exigente mas procura tornar a escola mais inteligente e acometer à responsabilidade da escola aquilo que hoje é deixado às famílias, ou seja, o estudo acompanhado. A escola tem de se responsabilizar por ensinar os alunos a estudar, não pode limitar-se a dar matéria e, depois em casa, quem tem condições para um enquadramento dos seus trabalhos e do seu estudo consegue resultados e quem não o tem não consegue.

No caso do ensino secundário gostava de lhe dizer, também, que não há qualquer redução dos tempos lectivos, muito pelo contrário, há a possibilidade, e é isso que está na nossa proposta, de conseguir mais quatro semanas de tempo útil para o ano lectivo, o que vai obrigar-nos a rever a questão das provas globais e da avaliação de modo a termos um ano lectivo completo e não, como actualmente acontece, com um terceiro período muito curto.

Finalmente, gostaria de referir que temos tomado medidas de fundo em educação, para além de algumas medidas de urgência, nas quais os *curricula* alternativos estão incluídos, e queria aqui referir mais uma vez a educação pré-escolar como uma condição de qualidade educativa para todos e de igualdade de oportunidades.

Aplausos do PS.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado David Justino

O Sr. David Justino (PSD). — Sr Presidente, Sr^a Secretária de Estado, agradeço as suas palavras e a forma como respondeu, mas permita-me que comente, de forma muito rápida e sintética, dois ou três aspectos

Em primeiro lugar, todos estamos de acordo que estas medidas não são passíveis de avaliação num só ano, para citar a sua expressão. Mas, Sr^a Secretária de Estado, aquilo que estou a avaliar é a política de quatro anos, não a de um, e, ao fim destes quatro anos, todos os indicadores de que posso dispor, ainda que muitos deles sejam parciais e relativamente atrasados, apontam para um agravamento destes dois problemas

A Sr^a Secretária de Estado invocou os territórios educativos de intervenção prioritária; porém, num relatório do Ministério, do Departamento de Educação Básica, reconhece-se que se fizeram mais reuniões, que se envolveram mais conselhos pedagógicos, que se reformularam projectos, mas, depois, no que diz respeito ao processo escolar, aos resultados propriamente ditos, eles foram nulos, ou seja, não houve acréscimo nos resultados obtidos

Assim, fico surpreendido com os valores que me deu relativamente às taxas de aproveitamento escolar nos TEIP quando os anos de 1996-1997 e 1997-1998 apontavam para taxas médias de sucesso não acima dos 80% mas, pelo contrário, abaixo, a não ser que, na verdade, a eficácia nos últimos dois anos tenha sido tão grande que tenha dado um salto significativo. Mas como não tenho esses dados, obviamente, não me pronuncio, porque tento, tanto quanto possível, falar apenas daquilo que sei.

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Já não é mau!

O Orador — Devi igualmente chamar a atenção de um outro aspecto: é que, em declarações feitas em Abril do ano passado, um responsável do Departamento do Ensino Básico do Ministério da Educação apontava, num artigo inserido num diário, que se caminharia necessariamente para uma redução da carga efectiva, não se tratava da redução da carga efectiva total mas de uma deslocação de cargas lectivas para outro tipo de actividades. Mas também aqui, como ainda não sei qual a extensão da revisão

curricular, limito-me a utilizar as informações que tenho, e essas não apontam para as afirmações que a Sr^a Secretária de Estado proferiu

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Rosado Fernandes

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP): — Sr Presidente, Sr^a Secretária de Estado, é evidente que as políticas paralelas sempre arranjaram formas para evitar o insucesso, o que é uma solução mas não é satisfatória.

Já nos conhecemos do Conselho Nacional de Educação e já trocámos, *sotto voce*, algumas impressões sobre os manuais de que dispõem as nossas crianças e nem sei como é que elas conseguem sair não estropiadas com esses manuais, com as palavras caras que os professores que os escrevem utilizam, como rizoma e outras palavras de origem grega de que agora já nem me lembro mas que conheço, com a forma como depois são ensinados e como não são acompanhados

Tenho uma filha de 12 anos e temos de perder com ela, todos os dias, três horas a acompanhá-la, porque se não ela chumbava. E não é completamente estúpida, como o pai. De facto, não é!

A verdade é que julgo que nos nossos cursos é, em primeiro lugar, no tronco comum que começa o pecado original do insucesso escolar, pois nos 5.^º e 6.^º anos forçam-se as crianças que vêm de meios menos cultos a entrarem no domínio de línguas estrangeiras quando elas nem sequer sabem dominar o português! Isto cria-lhes enormes complexos e elas, passado um tempo, não abandonam mas odeiam o ensino e os professores. Penso que elas têm mais do que razão para odiarem, não por culpa dos professores mas de um sistema que me parece mal concebido

Para quando uma simplificação do ensino? Para quando o tempo para que as crianças brinquem? Para quando o tempo para que as crianças aprendam outras actividades, como a música, por exemplo? Para quando crianças sem olheiras, à noite, depois de horas e horas a serem massacradas por professores muitas vezes mal preparados por culpa, também, do Ministério da Educação?

Não culpo a Dr^a Ana Benavente; o Ministério anterior já fez a mesma coisa, o outro também e o de Veiga Simão também, todos cheios de boas intenções. Até onde vai a origem deste mal? Quase que a Adão e Eva!

A verdade é que o sistema português tem vindo a degradar-se de uma maneira bastante notável e isso verifica-se, sobretudo, em aulas mais alargadas na universidade, onde parte dos «estropiados» estarão e só alguns conseguem brilhar porque conseguiram escapar às garras de uma educação que não é voltada para a vocação de cada um mas para fazer «enchidos» científicos ou pseudo-científicos com as nossas crianças

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Sena Lino

A Sr^a Isabel Sena Lino (PS): — Sr. Presidente, Sr^a Secretária de Estado, depois desta discussão e do levantamento de questões, sabemos que o sucesso é um

problema educacional e não administrativo, e se o objecto do sucesso ou do insucesso são os alunos, sem dúvida que é o sucesso das suas aprendizagens que está em causa.

Ao longo destes anos, o Governo tem feito algumas alterações, umas, de forma profunda, outras, pontuais. Já se sabe que, em educação, muitas vezes queremos respostas mais rápidas, mas elas têm de ser feitas também com projecção no futuro. Não há dúvida que nos parece bem o investimento feito no pré-escolar — começar pela base foi importante —, no entanto, parece-nos que, neste momento, há um grau de ensino, o do ensino secundário, que tem levado a algum insucesso, sendo, pois, fundamental olhar também para ele.

Ao longo de muito tempo, o ensino secundário foi visto apenas como uma ponte entre o ensino básico e o superior e, por isso, gostaria de lhe perguntar o seguinte: o que é que se tem feito para que ele tenha uma identidade própria e que inovações têm sido introduzidas para que haja uma recuperação do sucesso dentro da escola pública?

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Luísa Mesquita

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Sr Presidente, Sr^a Secretária de Estado, penso que não valerá a pena fazer mais uma vez o diagnóstico, porque se há alguma coisa de que não podemos acusar os governos do Partido Socialista é de ter omitido grupos de missão sucessivos para fazer diagnósticos de todas as situações, inclusive da do ensino.

O diagnóstico está, pois, feito e é suficientemente claro, pelo que não vale a pena escamoteá-lo. O insucesso e o abandono escolar são problemas gravíssimos do sistema educativo nacional e não têm vindo a diminuir, o que é resultado não só de medidas casuísticas e pontuais tomadas pelo Ministério da Educação mas também de outras políticas nacionais, nas mais diversas vertentes das mais diversas áreas.

Nesse sentido, começo pelo exemplo que a Sr^a Secretária de Estado deixou aqui como o grande motor do combate ao insucesso e ao abandono escolares no nosso país: a educação pré-escolar. Sr^a Secretária de Estado, como é possível dizer isto com tanta tranquilidade, quando, três anos após a aprovação da lei-quadro por esta Assembleia da República, a componente educativa da educação pré-escolar não é gratuita, neste país?

Como é possível dizer isto com esta tranquilidade quando ainda há cerca de uma semana, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, um sindicato nacional dizia que, em algumas escolas, de norte a sul do país, concretamente, na Póvoa do Varzim, uma IPSS fazia a um pai um aumento de 100% na educação pré-escolar, componente educativa, dividindo o recibo a 50% e dizendo que 50% eram um donativo à instituição? Esta é que é a realidade!

Portanto, não se está a combater o abandono e o insucesso com a educação pré-escolar, porque ela não é gratuita, neste país. E é aqui que começam, efectivamente, Sr^a Secretária de Estado, o abandono e o insucesso.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr^a Deputada, o seu tempo esgotou-se, pelo que agradeço que formule a sua pergunta.

A Oradora — Vou já terminar, Sr Presidente

Como é possível falar em combate ao abandono e ao insucesso se todas as medidas nas área da formação e colocação dos professores, das instalações das escolas e também na do apoio aos alunos (como, por exemplo, as medidas educativas especiais para os alunos com dificuldades) não estão a ser implementadas mas, sim, questionadas, dia após dia?

Há cerca de 10 minutos, recebi, aqui, no Plenário, uma informação dizendo, por exemplo, que três escolas deste país, duas colocadas a norte e uma a sul (depois, poderei dar-lhe as informações exactas), fecharam, durante esta semana, por ausência de sistemas de aquecimento.

Quando ainda nos confrontamos com questões desta natureza, como poderemos falar em grandes combates ao insucesso e ao abandono escolar? São crianças que não tiveram aulas porque fazia frio e as escolas não estavam em condições de abrir para lhes dar um tempo normal de educação e de sucesso na sua aprendizagem!

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — Estas é que são as questões de fundo e são estas que a Sr^a Secretária de Estado deveria avaliar e analisar e para elas encontrar medidas.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Há escolas que já têm Internet mas não têm aquecimento!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra a Sr^a Secretária de Estado

A Sr^a Secretária de Estado da Educação — Sr Presidente, Sr Deputado David Justino, no primeiro ano dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em que acompanhei directamente muitas escolas fui surpreendida com essa realidade, ou seja, não havia, de imediato, tal como governos anteriores tinham sonhado, aumento das percentagens de sucesso. E as professoras explicaram-me porquê é que levavam a sério a aprendizagem dos alunos e não queriam, de maneira alguma, que se mantivessem as realidades, até então existentes — e nós sabíamos que assim era —, em que as crianças transitavam de ciclo sem terem os conhecimentos necessários. Isto é, a escola tornou-se mais exigente porque mais responsável.

Como tal, não podemos olhar para essas medidas com os dados disponíveis a nível global, que são os do ano seguinte (neste momento, temos dados de 1996/1997, a nível nacional), para condenar estas medidas.

Aquilo que lhe posso dizer é que o conjunto das medidas — algumas são de urgência, como os currículos alternativos, mas outras são de fundo, que estão agora a chegar ao momento da sua tradução legislativa, como a revisão curricular do ensino básico e do ensino secundário — vem responder de modo estrutural a questões que estão na base do abandono e do insucesso escolares.

Isto sem prejuízo de sabermos que a sociedade é feita de desigualdades e que há muitos outros aspectos da vida económica e social que pesam sobre a escola e que a escola sozinha não pode resolver determinadas contradições de outra natureza

Mas devo dizer-lhe que as políticas desenvolvidas ao longo destes quatro anos, e que estão, neste momento, em aprofundamento e a chegar ao ponto decisivo da revisão curricular, são medidas que têm o insucesso e o abandono como uma das preocupações, bem como outra é que não podemos falar de equidade sem qualidade e queremos que todos aprendam o que é fundamental.

Deste ponto de vista, gostaria de responder ao Sr. Deputado Rosado Fernandes que essa é a nossa preocupação. Partilho, o mais possível, a sua preocupação com os manuais — cada vez que abro um livro sinto-me um pouco desfasada com aquela terminologia, que me parece bastante irrelevante, mas depois os professores explicam-me que não é assim e que não tenho razão —, mas o trabalho que, neste momento, está a ser feito, por nós, com 93 escolas, é o de identificar os núcleos essenciais de conteúdos.

Sempre considerámos que a escola tem uma tarefa fundamental, que é a de conduzir um processo de aprendizagem e de estruturação do saber ao longo de, pelo menos, nove anos (preferencialmente, de 12 anos e é esse o nosso objectivo) Mas a escola perde-se na extensão de saberes e não faz o essencial, que é garantir aos jovens as competências, com suportes de conhecimentos na língua, na matemática, nas ciências, nas línguas estrangeiras, para que possam lidar e utilizar a informação de que dispõem

Temos ainda uma escola muito ritualizada, muito fragmentada e, desse ponto de vista, gostaria de lhe dizer, quanto à articulação entre os três ciclos, que a mesma correspondia a uma manta de retalhos. Esse problema que referiu, no 5º ano, é real — os meninos (porque ainda são meninos) passam, com 9, 10 anos de idade, para uma série de disciplinas, ao contrário do que acontece na maioria dos países, em que a escola primária é de seis e, às vezes, de nove anos, constituindo todo um ciclo de continuidade

A revisão curricular também está a cuidar de agrupar e de conseguir que haja um trabalho mais articulado, que vá ao essencial e que consiga, como referi (nomeadamente com a área do estudo acompanhado, mas também com a área de projecto), no horário de professores e de alunos, que a própria escola faça um trabalho de articulação mais inteligente e que não desista do essencial em nome do acessório

Sr.ª Deputada Isabel Sena Lino, quanto ao ensino secundário, devo dizer-lhe que, neste momento, está em discussão pública a nossa proposta para o ensino secundário, resultante de um trabalho iniciado em 1997, trabalho esse que foi feito com as escolas, com as associações científicas, profissionais e sindicais, e de que há uma síntese do Ministério da Educação que está a ser debatida. Esse trabalho pretende afirmar a identidade do ensino secundário, diversificar as suas vias — penso que este é um objectivo a que todos somos muito sensíveis —, sem haver exclusões, sem assimetrias. Os jovens, entre os 15 e os 18 anos têm de ter orientações diversas

A ideia, que, aliás, está na base do insucesso escolar, de uma escola uniforme, rígida, igual para todos, qualquer

que seja a vida, o contexto, as orientações, as vocações, que já aqui foram referidas, dos jovens, tem de dar lugar à ideia de uma escola mais flexível, mais diversa, mas que garanta a todos os conhecimentos essenciais

Gostaria de referir que, nesta nossa proposta para o ensino secundário, há, nomeadamente, uma medida que tem sido muito consensual entre os parceiros, que é a de tornar o 10.º ano num ano de orientação e de consolidação. Os jovens fazem uma opção, é preciso cuidar se essa opção corresponde aos seus conhecimentos e, se assim não for, é necessário que eles possam recuperar os saberes essenciais para continuarem, com sucesso, esta via. Isto leva, aliás, a uma organização do ensino secundário em semestres, para que não haja logo a preocupação de uma nota que, no primeiro período, vai marcar a progressão dos jovens

Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, estou consciente, como em Portugal todos estamos, das graves carências e dificuldades do nosso ensino. Como sabe, temos procurado intervir em todos os domínios, mas não é possível dizer que o trabalho está completo, longe disso

Devo dizer que há dificuldades e, como sabe, quando se resolvem uns problemas surgem outros. Por exemplo, uma das escolas que teve um problema com o aquecimento foi recentemente remodelada e as instalações foram melhoradas. É natural que assim seja e mal de nós se não quisermos fazer cada vez mais e melhor. Mas dizer que, por isso, a situação está pior. A situação não está pior. Aliás, posso dizer que a situação está muitíssimo melhor, temos hoje escolas organizadas em torno dos seus projectos educativos. Agora, com certeza que é um trabalho de construção

A educação pré-escolar foi um passo decisivo. A sociedade portuguesa não tinha consciência da importância da educação pré-escolar e hoje temos uma lei da educação pré-escolar, temos dinheiro, temos meios, temos orientações curriculares, temos instituições a funcionar muitíssimo bem, embora tenhamos outras ainda com problemas. É a tal construção que está a ser feita. Aqui aplica-se aquela imagem do copo meio cheio e meio vazio, segundo olhamos para um lado ou para outro assim seremos mais optimistas ou mais pessimistas. Ora, creio que é preciso olharmos para as duas realidades, termos consciência de que ainda há muito para fazer mas está a construir-se um caminho que vai no sentido positivo

Aplausos do PS

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Passamos agora à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Pedro Mota Soares, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, relativa à aplicação e regulamentação da Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto, que reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva, que será respondida pela Sr.ª Secretária de Estado da Educação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado. O meu nome é Pedro Mota Soares, tenho 25 anos e faço parte de uma geração que já nasceu depois da dita revolução sexual, mas que, mesmo assim, ao longo de todos os anos de escolaridade nunca teve a cadeira de educação sexual nas escolas. Se calhar, presumiu-se que a minha geração já

sabia tudo e, por isso, não valia a pena ensinar nada. Foi um erro com as consequências que estão bem à vista.

Na legislatura passada, a esquerda em bloco, nesta Assembleia, com o beneplácito da abstenção do Partido Social Democrata, aprovou uma lei do politicamente correcto, cheia de janelas de comunicação a jusante a montante, cheia de diálogo, cheia de solidariedade, cheia de *feed-back* e de boas intenções. Mas, na prática, revelou-se uma lei injusta, insensata, irresponsável e iníqua. Tenho mesmo vontade de dizer que, acima de tudo, é uma lei muito estúpida e muita insensível.

É uma lei injusta porque passa a responsabilidade de definir o que é leccionado, onde é leccionado e por quem é leccionado para os conselhos directivos das escolas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Ora, é curioso que os representantes de todos os conselhos directivos de escolas com quem falei, todos sem excepção, disseram uma coisa com a qual concordo e que percebo perfeitamente é que eles não querem que esta responsabilidade lhes seja assacada.

É uma lei insensata porque não prevê a criação de uma cadeira específica que possa abranger estas matérias, sendo, antes, uma cadeira de abordagem interdisciplinar. Quer isto dizer que numas escolas a educação sexual pode ser leccionada nas aulas de trabalhos manuais e noutras na de educação física, numas na de teologia e noutras, quiçá, na aula de português, de francês ou de matemática.

É uma lei irresponsável, Sr.ª Secretária de Estado, porque não prevê a criação de um programa nacional para esta disciplina, deixando esta questão à total e livre arbitrariedade dos professores, o que gera obviamente uma grande desigualdade. Ora, se numas escolas a educação sexual pode ser a história da cegonha e da abelhinha, nas outras, Sr.ª Secretária de Estado, nem quero imaginar.

Por último, é uma lei iníqua porque, deixando espaço a toda esta arbitrariedade, nem sequer assegura a formação de formadores, isto é, nem sequer assegura que os professores que vão lecionar estas matérias tenham uma formação adequada.

A Sr.ª Luísa Mesquita (PCP) — Não leu a lei!

O Orador — E, por isso mesmo, quero colocar-lhe, de uma forma muito concreta, um conjunto de questões.

A primeira questão é a seguinte: quantas escolas estão a aplicar esta nova lei?

Segunda em que disciplinas cabe a abordagem interdisciplinar destas matérias? Isto é, em que disciplinas é que a educação sexual está a ser leccionada?

Terceira que professores é que estão ou vão ter formação para ensinar estas matérias?

Quarta em quantas escolas já foram criados os Gabinetes de Apoio ao Aluno, previstos na lei?

Quinta o que é que foi feito para efectivar a resolução da Assembleia da República n.º 51/98, especialmente na parte respeitante à promoção de programas de formação de pessoal devidamente habilitado para reforçar as equipas pluridisciplinares a nível da educação e da saúde?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado Pedro Mota Soares, tenha a bondade de concluir porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador — Terminei já, Sr. Presidente, fazendo a sexta e última pergunta.

Em quantas escolas é que já foram consultadas as associações de pais e as associações de estudantes para a aplicação desta lei?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Educação.

A Sr.ª Secretária de Estado da Educação — Sr. Presidente, Sr. Deputado. Como sabe, esta lei previa a sua regulamentação no prazo de 90 dias e, por razões que se prendem com a campanha eleitoral e com a entrada em funções do novo Governo, essa regulamentação, sem prejuízo do compromisso, está atrasada, estando neste momento em curso. Devo dizer, no entanto, que o trabalho continuou, porque havia já um relatório e uma proposta de actuação entre vários ministérios, nomeadamente o da Educação e o da Saúde.

Gostaria de dizer que há muito que o Ministério da Educação se preocupa com este problema, não numa perspectiva de educação sexual como a definiu, leccionada numa disciplina, mas com a quota-parte de responsabilidade da escola como espaço educativo na formação dos jovens para a sensibilidade, para os afectos, para a responsabilidade, e também dando-lhes um conhecimento que lhes deve estar acessível e que deve responder à suas necessidades mas que, na nossa opinião, nunca pode ser imposto sob a forma de uma disciplina.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Porquê?

A Oradora — É que, pessoalmente, acredito que poderia fazer pior aos jovens. Independentemente das suas questões, do seu enquadramento familiar, criar-se-ia uma disciplina descritiva do aparelho reprodutivo, dos meios de contraceção²¹. Era essa a informação²¹.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Só uma parte. Tudo não!

A Oradora — No entanto, a educação sexual, para nós, é mais do que isso.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Os Srs. Deputados da bancada do PCP não percebem que a vossa lei não se aplica!

O Sr. João Amaral (PCP) — A nossa lei, não! A lei da Assembleia da República!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, por favor deixem a Sr.ª Secretária de Estado continuar a responder ao Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

A Oradora — Posso facultar aos Srs. Deputados um relatório que se intitula «Orientações sobre educação sexual em meio escolar», que traduz o trabalho que tem

vindo a ser feito e que reputo de inteligente. Como é que esse trabalho tem vindo a ser feito? Temos, no País, cerca de 700 escolas promotoras de saúde, que se preocupam com as questões da saúde, desde a toxicodependência à alimentação, e onde as questões da educação sexual também têm vindo a ser abordadas e trabalhadas.

Devo dizer que, neste momento, já foi feita formação específica sobre as questões da educação sexual em todas as direcções regionais. É uma formação que se faz em rede e a partir das equipas que existem nestas escolas promotoras de saúde.

Criámos agora, neste novo mandato, uma comissão coordenadora do Programa de Promoção e Educação para a Saúde, que reforça a articulação entre educação e saúde no sentido de desenvolver o trabalho que já era feito pelo Programa de Educação para a Saúde (PES) e de concretizar as orientações da Assembleia sobre educação sexual.

Devo dizer ainda que os pais, as famílias estão sempre presentes. Só quem não conhece a organização das escolas é que não sabe que é assim. É que os pais fazem parte do conselho pedagógico, onde se elabora o projecto educativo; fazem parte da assembleia das escolas, onde se aprova e se acompanha o projecto educativo, e fazem parte dos conselhos de turma, onde as opções curriculares são concretizadas e desenvolvidas.

Portanto, hoje, os pais estão presentes na vida das escolas e não haverá — daí o bom senso dos conselhos directivos — decisões sobre matérias que são sensíveis, em relação às quais as pessoas têm modos de ver e de entender diversos, que não são responsabilidade exclusiva da escola (é importante que isso se perceba), mas sim das famílias e da própria sociedade, embora a escola tenha a sua quota-parte de responsabilidade como instituição educativa.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr^a Secretária de Estado, peço-lhe que conclua, porque terminou o seu tempo

A Oradora — É um trabalho muito articulado, que está a ser conduzido em cooperação entre o Ministério da Educação e o da Saúde, e que penso que será continuado, aprofundado, generalizado, para uma melhor formação dos jovens.

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Os conselhos directivos é que não querem aplicar a lei!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Os Srs. Deputados Pedro Mota Soares e Bernardino Soares inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento adicionais.

Entretanto, o Sr Deputado Nelson Baltazar pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, pelo que tem prioridade

Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr Nelson Baltazar (PS) — Sr. Presidente, através da figura da interpelação à Mesa, solicito a V Ex.^a que, dada a proposta feita pela Sr^a Secretária de Estado de disponibilizar o documento e o relatório, apesar de alguns de nós já o conhecermos, faça chegar às bancadas a cópia

desse relatório, caso seja possível, de forma a que todas as bancadas possam ter conhecimento dele e não venham a este Plenário tomar posições completamente diferentes — como foi o caso do CDS-PP relativamente à Deputada Maria José Nogueira Pinto — das que assumiram aquando da discussão desta lei, que é também do CDS-PP.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, desde que o Governo disponibilize esse documento, com certeza que ele será distribuído aos grupos parlamentares

Tem agora a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, antes de mais, e se me permite, gostava de agradecer ao «Deputado-policia» Nelson Baltazar e dizer-lhe que, se quiser ler o excerto do *Diário da Assembleia da República* relativo à discussão desta lei, vai ver que os argumentos da Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto não são, na íntegra, diferentes dos meus

Sr^a Secretária de Estado, é perfeitamente possível fazer-se uma disciplina única, com um programa único e nacional, que seja orientador dos afectos, orientador da liberdade de escolha, orientador da dignidade da pessoa humana e orientador da liberdade de opção. Isto é algo perfeitamente possível

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Como é que é possível?

O Orador. — E também é possível que, neste programa, haja uma componente muito importante de prevenção de gravidezes indesejadas e de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Isto é algo perfeitamente possível de ser feito, era desejável e era o que uma boa lei de educação sexual devia ter. Infelizmente, esta não tem

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador: — Mas gostava ainda de ser esclarecido em relação a mais duas coisas, que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, a vontade do Ministério da Educação — a vontade real, não é a que, muitas vezes, é dita aqui nesta Câmara, mas a vontade real e profunda do Ministério da Educação — é a de regulamentar esta lei ou de a alterar? Era importante que a Sr^a Secretária de Estado esclarecesse isso aqui.

Em segundo lugar, a grande dúvida com que fico no final deste debate é que continuo sem perceber porque é que, na sua esmagadora maioria, os conselhos directivos das escolas continuam a recusar-se a aplicar esta lei. Isto é algo que não percebo

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Isso não é verdade!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É completamente verdade!

O Orador. — E passar por cima deles é, nesta matéria, totalmente impossível.

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Está a falar daquilo que não sabe!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Também para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo, julgo que é justo dizermos, neste debate, tendo em conta a pergunta que antecedeu esta, que o Sr Deputado Pedro Mota Soares é um caso de insucesso escolar na leitura da lei.

Risos do PCP e do PS

Primeiro, porque, na leitura da lei, não percebeu .

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP) — Nada!

O Orador — Agora, finalmente, depois da resposta do Governo, percebeu!

Aplausos do PS

Mas, dizia, na leitura da lei, não percebeu que a educação sexual que ficou prevista na lei não era leccionada numa cadeira, mas sim distribuída pelas várias disciplinas! Não percebeu, nem leu, no artigo 2º, n^º 5, da lei, que se estipulam as necessárias disposições em relação à formação dos docentes

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP) — Não percebeu nada!

O Orador: — O que devia estar aqui a perguntar é se o Governo está cumprir isso ou não

Não percebeu, nem sabe que quem define os programas e os *curricula* das disciplinas do nosso sistema educativo é o Ministério da Educação! Não é nenhuma escola, nem nenhum conselho directivo!

O Sr Deputado Pedro Mota Soares nem sequer percebeu que esta questão é importante há muito tempo e que até já houve um estudo de uma comissão interministerial — que a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto conhecia, e que, pelos vistos, não passou, na «pasta», ao Sr Deputado Pedro Mota Soares — em que todas estas questões eram abordadas e com base no qual também foi feita a discussão na especialidade desta lei.

De facto, o Sr Deputado Pedro Mota Soares não percebeu muitas coisas neste processo todo. Nem quis referir-se a uma outra coisa que vem também nesta lei que o Sr Deputado cita — que é uma lei da Assembleia da República, e não uma lei de dois, ou três, ou quatro partidos!

O Sr João Amaral (PCP) — Muito bem!

O Orador — Esta lei da Assembleia da República tem outra vertente, que é a da disponibilização de preservativos, nomeadamente no ensino superior, mas também no ensino secundário. E se o Sr Deputado está muito preocupado com as gravidezes indesejadas, devia estar também preocupado com a dificuldade de acesso a este meio contraceptivo, a este meio de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, e devia perguntar ao Governo se já existe no ensino superior a

disponibilidade dos preservativos e se, no ensino secundário, há condições para que as escolas tenham acesso a eles

Aplausos do PCP e do Deputado do BE Francisco Louçã

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Bernardino Soares, o que está previsto no Regimento é que se faça o pedido de esclarecimento adicional ao membro do Governo respectivo e não a outros Deputados. Em todo o caso, talvez a Sr.^a Secretaria de Estado possa responder ao seu pedido de esclarecimento

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, é para interpelar a Mesa, no sentido de dizer que, obviamente, fiz perguntas ao Governo.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não fez nenhuma!

O Orador — a que a Sr.^a Secretaria de Estado irá com certeza responder

Mas a pergunta inicial também continha um equívoco, porque, aparentemente, era sobre a regulamentação da lei, mas, afinal, aquilo que o CDS-PP quer é a alteração da lei

O Sr João Amaral (PCP) — Muito bem!

Protestos do CDS-PP

O Sr Presidente (Mota Amaral) — As intenções do CDS-PP não estão agora em causa

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra para defesa da honra

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, a palavra ser-lhe-á concedida no final deste debate

Sr Deputado David Justino, pediu a palavra para que efeito?

O Sr David Justino (PSD) — Sr Presidente, para fazer um pedido de esclarecimento adicional ao Governo

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, ao abrigo do Regimento, a praxe é a de que os Deputados que queiram formular pedidos de esclarecimento adicionais se inscrevam durante a intervenção do membro do Governo

O Sr David Justino (PSD) — Reconheço a minha falta, Sr Presidente

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — É calouro, tem desculpa!

O Sr Presidente (Mota Amaral). — De qualquer modo, dar-lhe-ei a palavra Peço-lhe, apenas, o favor de ser breve no seu pedido de esclarecimento.

O Sr. David Justino (PSD): — Já, Sr Presidente?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Já, pois claro! Então, quando?!

O Sr. David Justino (PSD): — Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, dispenso esse tipo de comentários!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Mas eu é que não me dispenso de os fazer!

O Sr. David Justino (PSD): — E faz muito bem! . Aliás, ficam-lhe sempre muito bem, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr Deputado, queira fazer o seu pedido de esclarecimento

O Sr. David Justino (PSD): — Sr^a Secretária de Estado, gostaria de saber para quando a regulamentação da lei do ensino, dado que anunciou que está em curso, e atendendo a que já existe algum atraso relativamente aos prazos que foram anunciados.

Acima de tudo, gostaria de saber como é que essa regulamentação se vai compatibilizar com o necessário plano de formação, não só daqueles que vão ser os professores ou os formadores, mas também dos agentes educativos que, de certa forma, irão ficar envolvidos neste tipo de programas, de forma a evitar aquilo que é uma realidade e que é o facto de haver muitos conselhos directivos que recusam pegar neste assunto. E, a partir da altura em que recusam pegar neste assunto, é óbvio que o projecto fica inviabilizado.

Quanto ao problema da regulamentação, penso que é fundamental ter em atenção um outro tipo de filosofia que não aquela que está, eventualmente, não explícita, mas implícita, na lei. o facto de se responsabilizarem os pais, os conselhos pedagógicos e as escolas O desafio que se coloca relativamente ao problema da educação sexual, tal como quanto ao problema da educação cívica, tem o seu palco, fundamentalmente, na sala de aula, e é aí que se deve investir para que se possam obter bons resultados

Nessa perspectiva, também gostaria de saber, Sr^a Secretária de Estado, qual a orientação que deu nesta área.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, tem a palavra a Sr^a Secretária de Estado da Educação

A Sr^a Secretária de Estado da Educação: — Sr Presidente, Srs Deputados, primeira resposta sem dúvida que vamos regulamentar a lei E devo dizer que esta lei permite continuar, aprofundar e reforçar o trabalho que já vinha a ser desenvolvido pela preocupação que tínhamos com a quota-parte de responsabilidade da instituição escolar na formação dos jovens nesta área.

Não concordamos com a existência de uma disciplina. Não é introduzindo novas disciplinas sobre educação sexual, prevenção rodoviária, educação ambiental, e por

áí fora, que se resolvem os problemas de formação dos jovens Educação para a cidadania, sim, abordando um conjunto de temas relevantes para a formação dos cidadãos, trabalho na área das disciplinas, interdisciplinar, na área de projecto, sim, com certeza.

Como eu referi, há já uma série de anos que este trabalho tem vindo a desenvolver-se Temos cerca de 100 professores, que se designavam «professores operadores» (designação que não me agradava, era um bocado complicada), que são pessoas com uma formação muito aprofundada nesta área, que estão agora a trabalhar nas direcções regionais e nos centros da área educativa, e que são os interlocutores directos das escolas e da formação neste domínio

Quanto a saber se os conselhos directivos são contra, eu não tenho essa avaliação

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Mas peça essa avaliação!

A Oradora — E, como vos disse, há cerca de 700 escolas promotoras de saúde que estão também a trabalhar naquilo que diz respeito à educação sexual. Aliás, penso que os professores, quando sentem e porque sentem que este é um tema relevante, naturalmente estão disponíveis para entrar neste tema, desde que tal não traga para a escola espaços de conflito ou de oposição com os pais ou com outros elementos da comunidade

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Como não há programa, há conflito!

A Oradora — Mas esses problemas não se resolvem por ordem do Ministério Esses problemas resolvem-se por orientações, que, aliás, estão na lei, e que são suportadas por materiais de trabalho, por actividades de apoio que estão a ser desenvolvidas a partir dessas 700 escolas. E gostava de dizer que, onde os pais entram, não é no trabalho fora da sala de aula, mas na elaboração do projecto educativo, que tem de contemplar estes temas, que, aliás, estão previstos na lei de bases, como bem sabem, estando a própria educação sexual referida como uma área a estar presente, transversalmente, na educação do terceiro ciclo mas, sobretudo, do ensino secundário. E, portanto, penso que aquilo que a lei veio trazer foi um reforço, um aprofundamento e uma preocupação com a generalização da abordagem deste tema, que era deixado a preocupações mais locais, e à condução deste programa que temos, entre a educação e a saúde, que é o programa de promoção e de educação para a saúde

Estou optimista neste sentido .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Óptimo!

A Oradora — . há orientações, há suportes, há um trabalho continuado, que deixa às escolas, no quadro do seu projecto educativo, a tradução daquilo que são orientações que, naturalmente, já vinham a ser concretizadas, conforme eu referi, e que têm a ver com a informação, com o debate, com o acesso que aqui foi referido a meios de contracepção, sempre com o pessoal de saúde Não são os professores que vão fazer consultas de contracepção, são os profissionais de saúde. Por isso,

existe uma coordenação nacional entre a educação e a saúde com tradução a todos os níveis, permitindo que entre os centros de saúde e as escolas haja um trabalho muito próximo, com todas as condições para que os jovens possam encontrar sempre uma resposta adequada às suas preocupações, aos seus medos, aos seus receios e às suas dúvidas e, muitas vezes, aos seus silêncios

Penso que todos temos consciência de que este trabalho tem de ser conduzido com inteligência e com sensibilidade. Não é por haver uma lei e um programa generalizado para todas as escolas que a educação sexual passa as barreiras que são de outra natureza, são muitas vezes de mentalidade, de dificuldade que docentes e pessoal das escolas têm em lidar com este tema. Portanto, temos que perceber que, para conduzir bem este processo, também temos de o conduzir com algum cuidado e com algum respeito por aquilo que são as dinâmicas das próprias comunidades

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares Dispõe de 2 minutos

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr Presidente, uso da palavra pelo facto de o Sr. Deputado Bernardino Soares não ter percebido o texto da lei.

Tendo 25 anos e um curso de Direito, confesso que, com alguma dificuldade, ainda vou entendendo a linguagem politicamente correcta que o Partido Comunista Português gosta de usar nos diplomas que versam esta matéria. E ainda vou percebendo, com alguma dificuldade, o que é uma abordagem interdisciplinar.

Como é óbvio, é uma abordagem que não é feita numa só cadeira. É pena, e é um erro! Mas, o que eu não percebi — e foi isso que, perguntando, ninguém me explicou — é isto em que cadeiras é que vai ser leccionado? É que, isso, o Ministério da Educação não sabe dizer

Mas há mais algumas coisas que eu não percebo. Não percebo, primeiro, a vontade intrínseca do PCP de ser a muleta do PS nesta matéria. Isso é uma coisa que eu não percebo!

E não percebo como é que o Partido Comunista Português não percebe que esta lei nunca há-de ser aplicada, porque é impossível aplicar esta lei contra a vontade dos conselhos directivos. E custa-me muito não perceber como é que o Partido Comunista Português não percebe uma coisa tão básica!

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares. Dispõe de 2 minutos

O Sr Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Mota Soares, devo dizer-lhe que está completamente enganado em relação a essa questão das muletas, que até nem costuma ser aplicada ao meu partido

Vozes do CDS-PP: — Vá-se habituando!

O Orador. — Mas, Sr. Deputado, não queria deixar de informá-lo — uma vez que esse pormenor também lhe terá

escapado — que esta lei da Assembleia da República teve origem num projecto de lei do PCP. Não foi num projecto de lei do Partido Socialista, não foi numa proposta de lei do Governo, nunca seria, obviamente, num projecto de lei do CDS-PP!

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP). — Nunca!

O Orador — Portanto, não estou a perceber como é que o partido que apresentou o projecto de lei que deu origem a esta lei foi muleta de outro, ou do Governo, ou do que quer que seja nesta matéria. O Sr. Deputado, com certeza, terá outra oportunidade para nos explicar

Em relação ao «politicamente correcto», quem faz o discurso do «politicamente correcto», quando convém, é o CDS-PP!

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Quando lhe convém!

O Orador: — Quando aqui têm lugar outros debates em que se levanta a questão da educação sexual, ela serve para o CDS-PP justificar as opções que faz, nomeadamente na questão de interrupção voluntária da gravidez. Isso é que é o «politicamente correcto», quando convém! «Públicas virtudes, defeitos em casa!»

Risos do PCP

O que é verdade é que o CDS-PP e o Sr. Deputado Pedro Mota Soares são a favor da educação sexual,

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Mas, !

O Orador — mas não a querem incluída nos *curricula*, mas não querem os preservativos distribuídos na escola! Então, qual é a educação sexual que os Srs. Deputados querem?

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP): — Nenhuma!

O Orador — O Sr. Deputado Pedro Mota Soares, que tem 25 anos e é licenciado em Direito, continua, com a sua bancada, a ser um digno representante,

O Sr João Amaral (PCP) — É um digno representante do Sr. Deputado Morgado!

Risos do PCP e do PS

O Orador — nesta Assembleia, da filosofia da vida sexual da abelha.

Risos do PCP e do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, a última pergunta, sobre a construção dos estádios de futebol para o Euro 2004, será formulada pelo Sr. Deputado Francisco Louçã, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, e será respondida pelo Ministério da Administração Interna.

Tem a palavra, Sr. Deputado Francisco Louçã. Dispõe de 3 minutos

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Muito obrigado.
Sr. Presidente

Sr Secretário de Estado, há dois dias, esteve aqui o Ministro da Administração Interna (que, aliás, justificou não poder vir hoje), que deu, sobre esta matéria, uma primeira indicação que conduz à primeira solicitação que lhe faço. Disse que, a respeito da elaboração de projectos para a construção ou reabilitação dos estádios de futebol para o Euro-2004, havia já, nesse momento, uma decisão do Conselho de Ministros, que foi pública e que, aliás, suscita esta pergunta.

Prometeu-nos, nessa altura, o Sr Ministro – e pediu-lhe, Sr Secretário de Estado, que insistisse no cumprimento dessa promessa – que faria chegar a esta bancada (e, naturalmente, também às outras bancadas) essa resolução e os seus fundamentos, que suscita – e tal motiva a breve discussão que teremos – uma questão fundamental.

Começámos a preparar, com algum tempo, o projecto que levou à candidatura. A candidatura foi aprovada, preparando-se, agora, grandes obras públicas na reconstrução dos estádios, ou, até, na construção de raiz de alguns novos estádios.

É sabido que, para a apresentação do projecto de candidatura, foram apresentados, a pedido dos clubes, e elaborados por alguns gabinetes projectistas e alguns gabinetes de arquitectos, esboços que conduziram à fundamentação desta proposta. Ora, isso, enfim, tem todo o mérito – trata-se de um contrato privado que teve um efeito significativo –, mas, agora, passamos a uma fase em que é preciso uma responsabilidade pública que o seu Ministério encabeça. É a esse respeito que me deixa preocupado e que deixa esta bancada perplexa e preocupada a deliberação que o Conselho de Ministros tomou. Porque, a fazer fé – e disso me dirá – no que a comunicação social transmitiu da fundamentação desta deliberação, estariamos perante um caso em que a não exigência de um visto prévio do Tribunal Contas, a não existência de concursos públicos na elaboração dos projectos de arquitectura, seria fundamental pelo risco de que os direitos de autor fossem viciados, ou seja, que os direitos de autor de quem elaborou os primeiros esboços fossem apropriados por quem faz os projectos definitivos.

Gostaria de fazer dois comentários a este respeito. Em primeiro lugar, é claro que os direitos de autor são uma matéria que deve ser recapitulada, sobretudo face aos novos perigos que, na era actual, correm esses direitos – e haverá, brevemente, aliás, uma discussão na Assembleia, a esse respeito –, mas há formas de punir esta utilização abusiva dos direitos de autor.

Mas, o problema fundamental é que estamos perante obras de imenso vulto. E a tomar em consideração, por exemplo, a Casa das Artes do Porto, em que o projecto de arquitectura orça entre um milhão e um milhão e meio de contos, estamos perante um imenso mercado que é isento do visto que é imposto, justamente, pela regra do concurso público. Ora, a não haver um concurso público, não se garantem as melhores condições teóricas para que o melhor projecto seja aprovado.

Mas, pelo contrário, o que se indica é que, se a razão for o risco do direito de autor, o que realmente se está a decidir, através do Conselho de Ministros, é que o contrato privado que clubes fizeram para que um determinado arquitecto formulasse o esboço é imposto agora, por

arrastamento, à câmara municipal para que esta contrate o mesmo arquitecto ou a mesma equipa de arquitectos, visto que, de outra forma, os direitos de autor estão sempre em perigo. Desta forma, temos uma decisão imposta por elevação de nível, que cria um fortíssimo risco, a respeito da lisura destes processos, da sua coerência e, até, do resultado final, em termos da execução destas obras.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado da Administração Local, tem a palavra para responder

O Sr Secretário de Estado da Administração Local (José Augusto Carvalho) — Sr Presidente, Srs Deputados, antes de mais, faço uma precisão: estou aqui em representação do Sr Ministro Adjunto, porque, nos termos da orgânica do Governo, é este Sr Ministro quem tem a seu cargo as áreas da Administração Local e do Desporto, sendo certo que se cumulam na mesma pessoa dois cargos, o de Ministro Adjunto e o de Ministro da Administração Interna. O Ministro da Administração Interna, enquanto tal, é alheio à problemática que aqui nos traz.

Efectivamente, na perspectiva do Euro 2004, há um conjunto de infra-estruturas, nomeadamente de estádios, a realizar,umas por municípios e outras por clubes. O que aqui está também em causa respeita tão-só ao que cabe na alcada dos municípios, já que os clubes, enquanto entidades privadas, não estão sujeitos a quaisquer formalidades que, obviamente, vinculam as entidades públicas.

Quanto à candidatura que Portugal apresentou ao Euro 2004, quer os seus condicionalismos temporais, quer a sua natureza não permitiram, nessa fase, recorrer a concursos públicos para a formulação dos estudos e das concepções, que, depois, vieram a enformar, digamos assim, a própria candidatura.

Partindo desse pressuposto e dessa realidade, e aprovada que foi a candidatura, é óbvio que a questão dos direitos de autor traz um vínculo que, no nosso entendimento, leva a que não possa ser atribuída a elaboração dos projectos a terceiros, e é tão-só a elaboração dos projectos que está em causa.

Quando refiro isto é porque a pergunta do Sr Deputado tem uma formulação mais ampla, pois questiona sobre a decisão governamental que dispensa o visto nos processos de construção. Ora, nós não pretendemos qualquer dispensa de formalidades ou de procedimentos quanto às obras. Repito: as obras irão ser realizadas em obediência a todas as formalidades e a todos os requisitos que a lei impõe.

Em relação aos projectos, reafirmo que, atendendo aos condicionalismos e à natureza da candidatura, afigura-se ao Governo que a continuação da elaboração dos projectos não poderá ser atribuída a uma entidade diferente.

Direi que a aprovação da candidatura nos colocou num duplo vínculo: um primeiro vínculo, perante a entidade que a aprovou, isto é, a candidatura tem elementos concretos que não podem ser subvertidos, desviados ou alterados, tendo na sua base soluções de concepção que foram realizadas por determinados autores e, por isso mesmo, tendo um segundo vínculo relativamente a esses autores.

Nesse entendimento, o Governo vem propor a esta Assembleia, por via de uma proposta de lei, porque é matéria da competência reservada da Assembleia da República, a supressão do visto, supressão esta que, convenhamos, não é supressão da fiscalização do Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas tem três formas de fiscalizar, como todos nós sabemos a fiscalização prévia, a fiscalização concomitante e a fiscalização sucessiva. O Tribunal de Contas continuará a dispor de todas as competências legais para prosseguir as suas funções de fiscalização. Nesse sentido, muito firmemente, não cremos que esteja em causa a salvaguarda e a preservação do interesse público.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado, dado ter excedido o tempo de que dispunha, será feito o respectivo desconto no tempo que o Regimento lhe concede para responder aos pedidos de esclarecimento adicionais.

Antes de dar a palavra aos Srs Deputados que a solicitaram, devo dizer que aludi ao Ministério da Administração Interna, porque isso mesmo consta de um ofício do Gabinete do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares dirigido ao Gabinete do Sr Presidente da Assembleia da República. Assim, a distinção que o Sr. Secretário de Estado nos expôs, e que é correctíssima, deverá também ser transmitida ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Para formular o seu pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Também registei essa subtil diferença e que, de facto, estamos a discutir os projectos e não as obras. Evidentemente que há uma diferença substancial. Mas vamos discutir os projectos.

Disse o Sr. Secretário de Estado que os clubes são entidades privadas e que, portanto, as suas deliberações não obrigam o Estado. É absolutamente verdade! Tem toda a razão! Portanto, nada obriga o Governo a legislar no sentido de passar da fase em que os clubes contrataram, em termos privados, alguns arquitectos, com vista a elaborarem um esboço, para a fase em que se torna obrigatório que as autoridades municipais e também o Governo participem numa deliberação em que esses mesmos contratados por uma entidade privada passem a ser contratados, em termos efectivos, por uma entidade pública. Nada obriga! É uma escolha que o Governo pode propor à Assembleia da República, mas que não nos convence e em relação à qual nos opomos.

E opomo-nos por uma razão simples. Porque é que há a figura dos concursos públicos? Porque os concursos públicos garantem maior transparéncia, garantem maior rigor, garantem maior controlo (independentemente de haver outras formas de controlo) e garantem maior qualidade. Os concursos públicos não garantem a qualidade superior, o supra-sumo da arte, mas garantem a confrontação entre vários projectos diferentes. E, salvaguardados, como podem estar, os direitos de autor, porque, naturalmente, deve haver uma fiscalização que impeça que concorram candidatos que copiem ideias que outros apresentaram, os concursos públicos são a única

forma de garantir, em encomendas de tal vulto e de tal peso no erário público, que se escolha o melhor, pelo melhor preço.

Mas aproveito para citar o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, cujas palavras sigo sempre com muita atenção, que disse aqui, no debate anterior, a propósito das declarações do Engº Cravinho, que se, porventura, se tinha «levantado» alguma coisa, «seria fundamental para o regime democrático impor uma clareza de procedimentos».

E antes mesmo que os funcionários desta Assembleia nos façam chegar as «pérolas» das várias intervenções que aqui vão sendo proferidas — o que fazem, aliás, com notável rapidez e eficiência —, vou tomando notas, seguindo com muita atenção as intervenções do Governo e da bancada do PS. Disse, pois, o Sr Deputado Francisco de Assis o seguinte: «se houver quaisquer factores de suspeição, devem ser inteiramente removidos pela Assembleia da República, que tem a responsabilidade de remover qualquer suspeição nestas questões públicas».

O grande problema é se o «polvo» está ou não a entrar neste facilitismo. Porque, devo dizer-lhe, grande parte dos arquitectos, cuja contratação vai ser imposta pela legislação que o Governo pede que a Assembleia aprova, são os mesmos que estão indicados no relatório da Inspecção-Geral do Ensino, a propósito da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, nomeadamente por desviarem projectos que foram atribuídos à Faculdade e que, depois, foram parar aos seus *ateliers* privados.

Na realidade, se aprovássemos uma legislação dessas, acabariam por impor um dano para o País, e, provavelmente, para a preparação do Euro 2004, e uma grande vantagem privada para os mesmos arquitectos de sempre.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Marta.

O Sr Carlos Marta (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Local, aproveitamos, naturalmente, esta oportunidade para colocar também algumas questões em relação a esta matéria e, em particular, para dizer, desde já, que nada temos a ver com a orgânica do Governo, mas existe também um Secretário de Estado do Desporto. Portanto, era perfeitamente natural, independentemente de V Exª ter a tutela das autarquias, que ele estivesse aqui para responder a algumas questões relacionadas com a pergunta que foi feita pelo Bloco de Esquerda, que me parecem importantes.

Quero transmitir ao Sr Secretário de Estado o seguinte: depois das entrevistas do Sr Ministro da tutela, Dr Fernando Gomes, e também do Sr Secretário de Estado do Desporto, sucessivamente, a dois órgãos de comunicação social, ao jornal *A Bola* e ao jornal *Record*, espero ver também o Sr Secretário de Estado, nos próximos dias, a dar uma entrevista sobre estas questões e, portanto, a assumir também a política desportiva do Governo, neste caso ao jornal *O Jogo*, visto que são estes os jornais diários desportivos.

O PSD, naturalmente, tem vindo a acompanhar este processo, tal como os restantes Deputados e os respectivos grupos parlamentares, e, nesse sentido,

apresentámos um projecto de resolução para análise e fiscalização dos recursos públicos que vão ser aplicados na organização do campeonato da Europa de 2004. Julgo que é uma preocupação importante, tendo em conta a resolução do Conselho de Ministros que prevê um investimento do Estado de cerca de 15,1 milhões de contos, num total de 60 milhões de contos, e, portanto, julgo que a Assembleia da República deve acompanhar com particular atenção estes investimentos e preocupar-se também com este acompanhamento.

Mas, Sr Secretário de Estado, aproveitando a sua presença, não quero deixar de lhe colocar também algumas questões muito concretas. Nos últimos dias e nos últimos tempos, quer o Sr. Ministro da tutela, quer o Sr. Secretário de Estado, têm feito declarações no sentido de que outras cidades, outras infra-estruturas desportivas no País, vão ser contempladas com investimentos, apanhando a boleia do Euro 2004.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado Carlos Marta, já esgotou o seu tempo.

O Orador — Terminei já, Sr Presidente.

Ora, tendo em conta também o facto de, neste processo de candidatura, ter havido algumas cidades, fundamentalmente do interior do País, que não tiveram a possibilidade de ter este tipo de investimentos, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado o seguinte: vai ou não haver um plano de apoios financeiros às infra-estruturas desportivas sediadas no interior do País? Que outras infra-estruturas ou estádios vão ser apoiados e em que locais? Quais os apoios financeiros que vão ser disponibilizados? Quais os critérios para a escolha dessas infra-estruturas? Quem se pode candidatar a esses apoios?

Trata-se de perguntas concretas para as quais desejamos, naturalmente, respostas concretas.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, o Euro 2004 é um projecto nacional que, penso, vai envolver largos sectores da sociedade portuguesa, por isso julgo que é desejo de toda a gente, e especialmente desta Câmara, que corra da melhor forma possível.

Gostaria de lhe colocar uma questão muito simples e directa, para a qual espero também uma resposta simples e directa. É sabido que, no caso da construção dos estádios, o Estado vai comparticipar com 25% das verbas, cabendo aos clubes os restantes 75%. Gostava, pois, que V. Ex.^a me informasse, se possível, se o Governo tem ou não um plano alternativo para o caso de algum dos clubes não conseguir arranjar essa verba de 75%. Se isso, porventura, acontecer, o que é que o Governo fará? Vai entrar com a verba, ou não? Quais são as garantias que o Governo tem? Quais são os planos que o Governo tem num caso destes?

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr Secretário de Estado da Administração Local — Sr. Presidente, Srs Deputados, ainda relativamente à questão colocada pelo Sr Deputado Francisco Louçã, devo dizer que o Governo convictamente entende que, tendo em conta que a candidatura foi instruída com estudos e concepções que o vinculam, obviamente, à sequência desses trabalhos de elaboração dos mesmos projectos, se não puder assegurar que haja continuidade com os mesmos autores, das duas uma: ou há um desvirtuamento da própria candidatura em elementos que são essenciais à mesma, ou, então, nós estaremos perante um plágio, um plágio ilegal, afrontosamente ilegal e ilícito, uma cópia, porque há um trabalho intelectual que foi produzido e que importa fidelizar e concluir nos mesmos termos em que a candidatura foi instruída.

Estamos, repito, sujeitos ao duplo vínculo de entregar à entidade que concebeu as funções que instruem a candidatura e de, perante a entidade que conferiu a Portugal a realização do Euro 2004, não desvirtuar as propostas, porque foi na base dessas propostas que a candidatura foi aceite.

O Sr. Deputado Carlos Marta perguntou por que motivo não está aqui presente o Sr. Secretário de Estado do Desporto e está o Sr. Secretário de Estado da Administração Local. Ora, não nos desviamos do essencial da questão, tal como foi colocada pelo Sr. Deputado Francisco Louça. Nós fomos questionados sobre que procedimentos ou que isenção de procedimentos é que estamos a preparar relativamente a obras municipais.

E, já agora, quero aqui referir que eu próprio e o meu gabinete preparamos essas iniciativas legislativas na consideração de que estamos perante obras municipais, pelo que o mais natural será que Sr. Secretário de Estado da Administração Local esteja envolvido nesse processo legislativo.

O Sr José Junqueiro (PS) — É óbvio!

O Orador — Penso que é óbvio, porque o que está aqui em causa é tão-só o modo como irão concluir-se projectos de obras municipais, que vão envolver seis municípios, não estando aqui, minimamente, a ser questionada a modalidade de execução de infra-estruturas dos clubes — são dois campos totalmente distintos.

Por isso mesmo, a pergunta sobre que planos de apoios a infra-estruturas desportivas transcende o âmbito da nossa ordem de trabalhos e o meu âmbito de competências. Posso, contudo, afirmar, por conhecimento pessoal, que existem preparados, quer com recursos aos fundos nacionais, quer, sobretudo, com recurso ao próximo QCA, planos e alternativas de apoio a infra-estruturas desportivas. Outra solução seria perfeitamente inaceitável.

Nesse contexto, não lhe vou responder, mas anoto as suas questões para que quem de direito o faça.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Mota Soares, sobre que alternativas há em caso de insuficiência de meios financeiros por parte dos clubes, devo dizer que essa matéria é do âmbito da política desportiva enquanto que a matéria que aqui nos trouxe é do âmbito da política autárquica, nomeadamente quanto a saber como é que determinadas autarquias podem ou não

dar sequência a compromissos que anteriormente assumiram e que relevam em termos de interesse nacional

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Carlos Marta (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Faça favor, Sr Deputado

O Sr Carlos Marta (PSD) — Sr Presidente, gostaria apenas de dizer que nós não temos conhecimento da totalidade do conteúdo da pergunta, mas, de acordo com o que nos foi distribuído, tratava-se de uma pergunta sobre a construção de estádios de futebol para o Euro 2004

Portanto, nesta matéria não só entram as construções que são da estrita responsabilidade das autarquias, como também dos clubes desportivos, pelo que, julgo, é matéria que, para além de ser da competência do Sr Secretário de Estado da Administração Local, e porque se trata de política desportiva, é também da competência do Sr Secretário de Estado do Desporto, que é responsável por essa área, e que, por isso, poderia também dar, como é natural, explicações

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Julgo que o Sr Deputado sugere que, futuramente, o teor das perguntas seja distribuído pelos Deputados, para sabermos, exactamente, do que se vai tratar. O Governo, esse sim, tem o conhecimento integral das perguntas que lhe são dirigidas, e neste caso comunicou-nos que a pergunta iria ser respondida através do Ministério da Administração Interna

Srs Deputados, a nossa ordem de trabalhos de hoje está esgotada

Cumpre-me apenas informar que a próxima sessão plenária terá lugar na próxima quarta-feira a hora regimental, com período de antes da ordem do dia, constando do período da ordem do dia a discussão do projecto de lei n.º 35/VIII e das propostas de lei n.º 5 e 7/VIII

Srs Deputados, esta encerrada a sessão

Eram 14 horas

Faltaram a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
António Bento da Silva Galamba
António Fernando Menezes Rodrigues
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD)

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
Henrique José Monteiro Chaves
Joaquim Matins Ferreira do Amaral
Jorge Manuel Ferra/ de Freitas Neto
José de Almeida Cesario
José Luís Fazenda Arnaud Duarte
José Manuel Macedo Abrantes
Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes
Manuel Joaquim Barata Frexes
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Miguel de Azevedo Duarte

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

1 — Preço de página para venda avulso 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 360\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa